



# RELATÓRIO e CONTAS 2015

MUNICÍPIO de VALONGO

	Pág.
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	
Introdução . . . . .	4
Mapas	
Análise Patrimonial:	
Estrutura da evolução patrimonial . . . . .	8
Demonstração de resultados por natureza . . . . .	9
Acréscimos e diferimentos . . . . .	10
Rácios de análise financeira . . . . .	11
Estrutura e execução da Receita:	
Receita cobrada . . . . .	13
Receitas próprias . . . . .	14
Receita fiscal . . . . .	15
Transferências . . . . .	17
Estrutura e execução da Despesa:	
Quadro demonstrativo das diferentes fases da Despesa . . . . .	21
Comparação das diversas fases da Despesa . . . . .	22
Despesas de funcionamento . . . . .	23
Análise comparativa da despesa de bens e serviços . . . . .	24
Recursos humanos . . . . .	25
Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo género . . . . .	26
Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia . . . . .	27
Formação . . . . .	28
Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções . . . . .	29
Transferências . . . . .	30
Encargos da dívida de empréstimos . . . . .	31
Limite da dívida total . . . . .	32
Stock da dívida . . . . .	33
Empréstimos a médio e longo prazos . . . . .	35
Estrutura e execução de investimento . . . . .	36
Grandes Opções do Plano . . . . .	37
Despesa de investimento e fontes de financiamento . . . . .	38
Relação Receitas e Despesas e suas componentes . . . . .	39
Análise gráfica da estrutura da execução do orçamento . . . . .	40
Execução global do Orçamento:	
Taxas de execução e desvios orçamentais . . . . .	41
Receita prevista/ cobrada . . . . .	42
Despesa prevista/Compromissos e Pagamentos . . . . .	43
Evolução de rácios . . . . .	44
Eleitos Locais . . . . .	45
Estrutura evolutiva do Orçamento:	
Evolução da Receita . . . . .	46
Evolução da Receita fiscal . . . . .	47
Evolução da Despesa . . . . .	48
Contabilidade de Custos . . . . .	50

	Pág.
<b>DOCUMENTOS de PRESTAÇÃO de CONTAS</b>	
Balanço	53
Demonstração de resultados	56
Anexos às Demonstrações Financeiras:	
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	57
Ativo bruto	58
Amortizações e Provisões	59
Mapa das participações financeiras	61
Contas de ordem	62
Demonstração do custo mercadorias vendidas matéria consumidas	63
Demonstração dos resultados financeiros	64
Demonstração dos resultados extraordinários	64
Mapas de execução orçamental:	
Controlo Orçamental da Receita	66
Controlo Orçamental da Despesa	69
Grandes Opções do Plano:	
Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	73
Execução anual das Atividades Mais Relevantes	79
Fluxos de caixa e Contas de ordem	84
Operações de tesouraria	90
Modificações ao Orçamento:	
Receita	92
Despesa/ Segundo natureza económica	93
Despesa/ Segundo natureza orgânica	94
Plano Plurianual de Investimentos	95
Notas sobre processo orçamental e respetiva execução:	
Transferências:	
Despesa	96
Receita	101
Endividamento:	
Empréstimos	102
Outras dívidas a terceiros	103
<b>ANEXOS</b>	
Execução e acompanhamento do PAEL:	
Síntese da situação financeira atual e previsões de evolução	106
Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro	108
Evolução previsional da receita e da despesa	109
Mapa previsional da evolução da dívida curto médio longo prazos e do serviço da dívida	112
Listagem das Entidades a quem o Município efetuou pagamentos em 2015	114
Declarações previstas no artigo 15.º da LCPA	128

# RELATÓRIO de GESTÃO

---



**VALONGO** • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR!

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Introdução

Conforme estipulado na alínea i) do n.º 1 do art.º 32º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Municipal procede à apresentação do **Relatório e Contas do Município, referente ao exercício financeiro de 2015**, cabendo ao Órgão Deliberativo a sua apreciação e votação, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do dispositivo legal supra mencionado.

A elaboração deste documento obedece ao preceituado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Em conformidade com o n.º 3 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas individuais deste Exercício deverão ser enviados ao Órgão Deliberativo acompanhados da *Certificação Legal das Contas* e respetivo parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Relatório e Contas é apresentado em obediência à Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho, sendo que, nos termos da alínea ww) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos em apreço constituem elementos de remessa eletrónica obrigatória para o Tribunal de Contas, até 30 de abril de 2016, para efeitos da sua fiscalização nos termos do n.º 1 do art.º 50º e do n.º 4 do art.º 52º do Decreto – Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto (4ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), da Declaração de Retificação n.º 72/2006 e da Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro.

O Relatório e Contas do Município é um documento descritivo e eminentemente técnico, integrando toda a documentação de prestação de contas. Ao contrário do Orçamento e Grandes Opções do Plano, que têm cariz marcadamente político e de opções políticas de gestão, o Relatório e Contas é um exercício de sistematização da informação da atividade do Município, na sua vertente financeira, de aplicação dessas políticas. O presente documento deverá por isso incluir a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução desses objetivos e a avaliação dos resultados obtidos.

Os documentos apresentados são constituídos por dois grandes grupos:

- **Relatório de Gestão:** contém todos os mapas relativos à análise patrimonial, à estrutura e execução da receita e da despesa, à execução global e à estrutura evolutiva do Orçamento e à contabilidade de custos. O referido relatório permite analisar a situação económica e financeira da Autarquia, avaliando a gestão nos diferentes setores de atividade, nomeadamente no que concerne ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos e financiamento externo, permitindo ainda a análise do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço Final e a Demonstração de Resultados.

- **Documentos de Prestação de Contas:** documentos de carácter obrigatório que englobam o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Anexos às Demonstrações Financeiras, os Mapas de Execução Orçamental e as Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

As Demonstrações Financeiras apresentadas e demais Documentos de Prestação de Contas obedeceram, na sua conceção, aos princípios e regras contabilísticos emanados do POCAL, como a continuidade das operações, consistência das políticas contabilísticas, especialização dos exercícios, custos históricos, prudência, substância sob a forma e materialidade das operações, visando uma imagem verdadeira e apropriada do Balanço e dos Resultados.

Em anexo, é ainda disponibilizada a seguinte informação:

- Execução e acompanhamento do Plano de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Relação de todas as entidades com envolvimento financeiro com o Município;
- Declarações relativas aos compromissos plurianuais e recebimentos em atraso, existentes à data de 31 de dezembro de 2015, mencionadas no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 março.

Da análise dos documentos apresentados realçam-se os aspetos essenciais a reter, de forma sucinta.

Na estrutura da receita, observa-se que a execução desta componente é do valor de 32.106.765,54 € que, face ao orçamento final, representa uma taxa de execução de 101,85% (v. Quadro n.º 44). Este desvio positivo entre o orçado e o executado, que em termos valorativos representa um acréscimo de 584.158,57 €, é um bom indicador da salutar convergência entre o orçamentado e o executado.

Observando a componente da despesa, cuja dotação global era de 33.068.617,49 €, nas diferentes fases de execução, verifica-se que os compromissos foram no valor de 31.434.171,31 €, representando uma taxa de execução de 95,06%, a faturação total foi de 31.278.770,17 € atingindo a taxa de 94,59% sendo o montante dos pagamentos de 31.268.922,38 €, com taxa de execução de 94,56% (v. Quadro n.º 13), também bom indicador.

Uma componente a relevar reside no acentuado equilíbrio orçamental atingido no ano económico de 2015. O POCAL preconiza que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes. Pretende-se assim incentivar a poupança corrente com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, comparando o montante previsto de 3.399.905,75 € com o valor cabimentado de 3.243.743,09 € a execução alcança os 95,41% (v. Quadro n.º 38). A faturação total do PPI foi de 3.163.499,18 €, que representa 93,05%, tendo sido integralmente paga (v. Quadro n.º 40), o que revela boa capacidade de execução.

Partindo para a observação dos rácios de análise financeira constata-se que o rácio de autonomia financeira, que mede o grau de cobertura do ativo líquido através dos fundos próprios, situa-se em 70,84%, facto que indica o elevado grau de independência e estabilidade financeira da Autarquia.

O rácio de liquidez geral, que determina a capacidade de solver os compromissos de curto prazo através de capitais circulantes, é de 11,31%, o que significa que o Município tem capacidade para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Este rácio deverá, pelo menos, ultrapassar o valor de 1 (um), pelo que a percentagem obtida demonstra a pouca vulnerabilidade e a elevada segurança face ao cumprimento dos compromissos de curto prazo.

Quanto à composição da dívida, no valor total de 45.430.673,77 € (v. Quadro n.º 32), é importante sublinhar a contínua evolução positiva verificada no que se refere à diminuição da dívida transitada, que em 2015 registou um decréscimo de 2.690.994,43 € face a 2014, sendo o decréscimo da dívida de curto prazo de 33,33%, fruto da adequada gestão de recursos, da contenção de despesa e do pagamento atempado da faturação.

Refira-se que no valor da redução supra mencionada está incluído o montante de 146.230,75 €, relativo a juros de mora pelo atraso nos pagamentos, referentes a anos anteriores e pagos nesta gerência, sendo que o valor no início do ano 2014 era de 699.949,99 €, deixando de existir esta dívida no final do exercício económico de 2015.

Esta redução da dívida tem igualmente reflexos na diminuição do prazo médio de pagamentos que, no final do ano é de 6 dias, acompanhando a tendência do ano anterior em que foi de 21 dias.

Disponibiliza-se, tal como no ano anterior, alguma informação sobre os resultados obtidos através da Contabilidade de Custos, no Relatório de Gestão agora em apreciação (v. Pág. 51), bem como os encargos globais com todos os eleitos locais municipais e a listagem de todos os fornecedores da Autarquia.

Tal como previsto no Relatório do ano anterior, a Autarquia deu 'mais um passo ambicioso', com a introdução do fator receita, avançando assim para a contabilidade analítica, apurando e balanceando todos custos e proveitos inerentes a todas as atividades e serviços.

O documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2015 reflete as orientações gerais preconizadas pelo Executivo Municipal, em sede das Grandes Opções do Plano e do Orçamento daquele ano, nomeadamente:

- a adoção de uma política rigorosa de gestão dos recursos financeiros, no contexto de equilíbrio de contas da autarquia, cumprindo todos os princípios de responsabilidade e de transparência;
- a aproximação às populações e aos seus problemas, expectativas e melhor qualidade de vida;
- a adoção de medidas que promovam a atração de investimentos, de forma a aumentar o crescimento económico e a criação de emprego;
- a intensificação de ações por parte da Autarquia, com o objetivo de responder às necessidades básicas dos mais carenciados;
- a valorização do contributo de todos os funcionários da autarquia de modo a prestar um serviço cada vez melhor aos munícipes;
- a desmaterialização dos serviços municipais.

O momento de prestar contas, para além da apresentação técnica dos resultados correspondentes ao ano económico em apreço, impõe desde sempre uma reflexão sobre o caminho trilhado, apurando-se desta forma o cumprimento dos objetivos e êxitos alcançados e diagnosticando quais as fragilidades existentes.

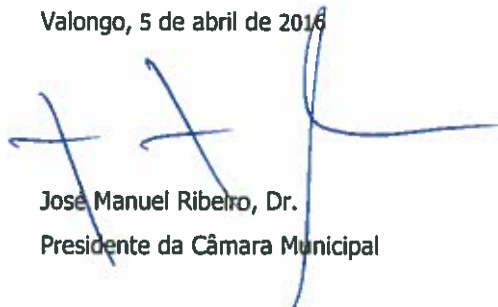
Este exercício é feito serenamente e com a segurança de que as estratégias que norteiam o rumo pretendido estão ajustadas segundo um processo dinâmico e flexível, capaz de se adaptar às exigências concretas da população, sendo vontade do Executivo Municipal consolidar as dinâmicas que contribuem para a sustentabilidade e crescimento do Concelho.

As melhorias obtidas e a experiência cultivada em terreno por vezes difícil, permite desfrutar de um sentimento de confiança e de perspetiva positiva relativamente ao futuro, sendo certo que a Autarquia não abdicará de continuar a trabalhar para o desenvolvimento do Concelho, numa estratégia que se pretende que continue a produzir resultados quer na atividade económica dos empreendedores e empresários do Concelho quer no bem estar e na vida dos cidadãos em geral.

O Executivo Municipal reitera o seu profundo empenho em continuar a dar passos relevantes e significativos para a consolidação de políticas económicas e sociais que garantam um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Um agradecimento profundo à capacidade e dedicação dos trabalhadores municipais pelos resultados alcançados.

Valongo, 5 de abril de 2016



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' and 'M' followed by a horizontal line.

José Manuel Ribeiro, Dr.  
Presidente da Câmara Municipal

# Análise Patrimonial

---



## Estrutura e evolução Patrimonial

O Balanço representa a situação do Património da Autarquia e encontra-se estruturado segundo as massas do Ativo e Passivo, agrupadas por elementos patrimoniais homogéneos:

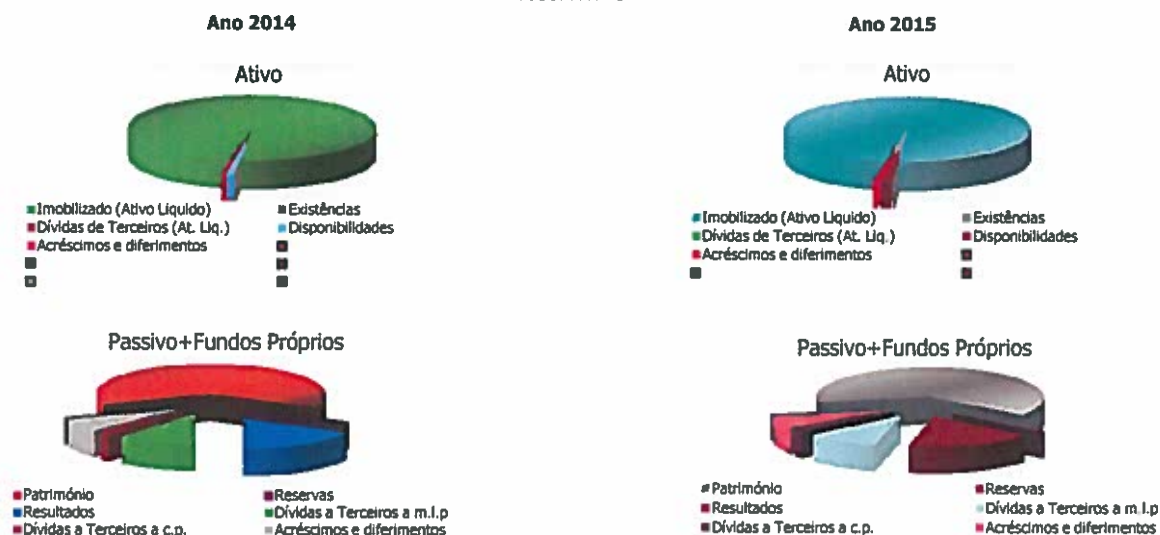
- o Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis custos diferidos
- o Passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos
- os Fundos Próprios são a diferença entre o Passivo e o Ativo

A seguir apresenta-se, a estrutura e a evolução patrimonial da Autarquia :

QUADRO Nº 1

Descrição	Ano de 2013		Ano de 2014		Variação		Ano de 2015		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%	Valor	Peso %	Valor	%
<b>Imobilizado (Ativo Líquido)</b>	249.807.933,27	100,00%	246.464.364,73	100,81%	-3.343.568,54	-1,34%	240.161.474,12	98,24%	-6.302.890,61	-2,56%
<b>Existências</b>	172.495,44	0,07%	208.594,89	0,09%	36.099,45	20,93%	240.315,30	0,10%	31.720,41	15,21%
<b>Dívidas de Terceiros (At. Liq.)</b>	10.231,04	0,00%	54.671,28	0,02%	44.440,24	434,37%	95.253,82	0,04%	40.582,54	74,23%
<b>Disponibilidades</b>	1.255.432,01	0,50%	2.268.673,59	0,93%	1.013.241,58	80,71%	3.169.253,84	1,30%	900.580,25	39,70%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	1.236.584,78	0,50%	801.300,92	0,33%	-435.283,86	-35,20%	808.800,05	0,33%	7.499,13	0,94%
<b>Ativo</b>	<b>252.482.676,54</b>	<b>101%</b>	<b>249.797.605,41</b>	<b>102%</b>	<b>-2.685.071,13</b>	<b>-1,06%</b>	<b>244.475.097,13</b>	<b>100%</b>	<b>-5.322.508,28</b>	<b>-2,13%</b>
<b>Capitais permanentes</b>										
<b>Património</b>	239.734.661,45	137,19%	239.734.661,45	138,42%	0,00	0,00%	239.741.461,45	138,42%	6.800,00	0,00%
<b>Reservas</b>	1.879.536,61	1,08%	1.879.536,61	1,09%	0,00	0,00%	2.081.718,61	1,20%	202.182,00	10,76%
<b>Resultados</b>	-68.805.019,97	-39,37%	-66.867.227,84	-38,61%	1.937.792,13	-2,82%	-68.628.184,07	-39,62%	-1.760.956,23	2,63%
<b>Fundos Próprios</b>	172.809.178,09	99%	174.746.970,22	101%	1.937.792,13	1,12%	173.194.995,99	100%	-1.551.974,23	-0,89%
<b>Provisões p/ riscos e encargos</b>	842.956,87	1,12%	549.027,85	0,77%	-293.929,02	-34,87%	412.300,00	0,58%	-136.727,85	-24,90%
<b>Dívidas a Terceiros a m.l.p</b>	46.816.655,82	62,38%	42.595.482,52	59,76%	-4.221.173,30	-9,02%	39.888.154,01	55,96%	-2.707.328,51	-6,36%
<b>Dívidas a Terceiros a c.p.</b>	7.239.333,00	9,65%	5.529.623,34	7,76%	-1.709.709,66	-23,62%	5.547.186,44	7,78%	17.563,10	0,32%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	24.774.552,76	33,01%	26.376.501,48	37,00%	1.601.948,72	6,47%	25.432.460,69	35,68%	-944.040,79	-3,58%
<b>Passivo</b>	<b>79.673.498,45</b>	<b>106%</b>	<b>75.050.635,19</b>	<b>105%</b>	<b>-4.622.863,26</b>	<b>-5,80%</b>	<b>71.280.101,14</b>	<b>100%</b>	<b>-3.770.534,05</b>	<b>-5,02%</b>
<b>Passivo+Fundos Próprios</b>	<b>252.482.676,54</b>		<b>249.797.605,41</b>		<b>-2.685.071,13</b>	<b>-1,07%</b>	<b>244.475.097,13</b>		<b>-5.322.508,28</b>	<b>-2,13%</b>

FIGURA Nº 1



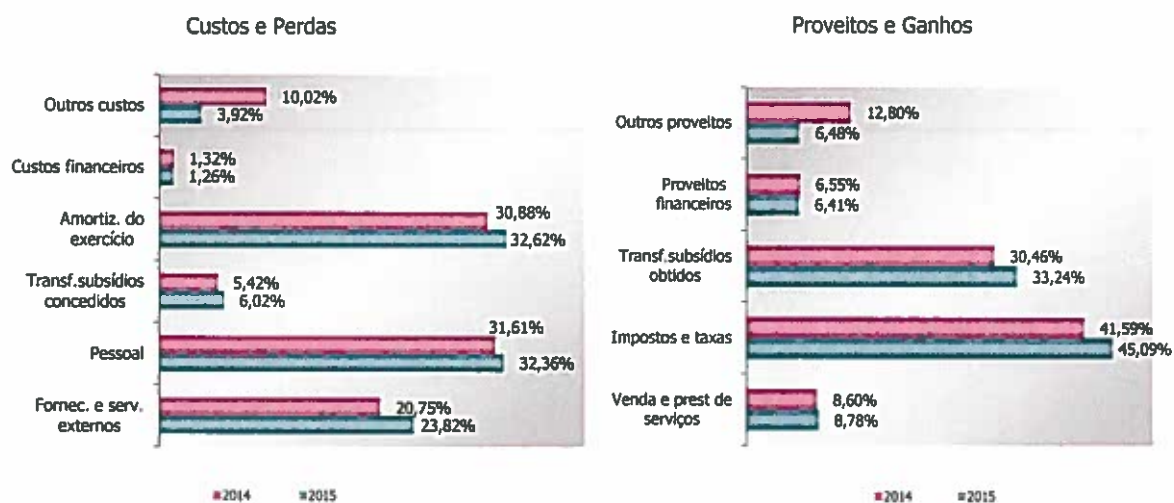
## Demonstração de Resultados por Natureza

Das atividades desenvolvidas no decurso do ano económico, resulta um total de custos no montante de 35.155.078,20€ e de proveitos no valor de 33.394.121,97 €. Desta situação, apurou-se um resultado líquido negativo de 1.760.956,23 €, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

QUADRO Nº 2

Natureza	Ano de 2014		Ano de 2015		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>Custos e Perdas</b>						
Fornecimentos e serv. externos	7.822.850,26	20,75%	8.374.691,47	23,82%	551.841,21	7,05%
Pessoal	11.919.741,08	31,61%	11.374.804,09	32,36%	-544.936,99	-4,57%
Transf.subsídios concedidos	2.044.031,04	5,42%	2.114.857,92	6,02%	70.826,88	3,47%
Amortizações e provisões do exercício	11.644.644,75	30,88%	11.468.762,08	32,62%	-175.882,67	-1,51%
Custos financeiros	498.250,09	1,32%	444.050,71	1,26%	-54.199,38	-10,88%
Outros custos	3.780.005,35	10,02%	1.377.911,93	3,92%	-2.402.093,42	-63,55%
<b>Totais</b>	<b>37.709.522,57</b>	<b>100%</b>	<b>35.155.078,20</b>	<b>100%</b>	<b>-2.554.444,37</b>	<b>-6,774%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Venda e prestações de serviços	2.992.070,46	8,60%	2.933.175,21	8,78%	-58.895,25	-1,97%
Impostos e taxas	14.474.847,52	41,59%	15.057.491,32	45,09%	582.643,80	4,03%
Transf.subsídios obtidos	10.599.190,98	30,46%	11.099.760,43	33,24%	500.569,45	4,72%
Proveitos financeiros	2.280.370,39	6,55%	2.139.598,83	6,41%	-140.771,56	-6,17%
Outros proveitos	4.453.576,57	12,80%	2.164.096,18	6,48%	-2.289.480,39	-51,41%
<b>Totais</b>	<b>34.800.055,92</b>	<b>100%</b>	<b>33.394.121,97</b>	<b>100%</b>	<b>-1.405.933,95</b>	<b>-4,04%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-2.909.466,65</b>		<b>-1.760.956,23</b>		<b>1.148.510,42</b>	

FIGURA 2



### Acréscimos e diferimentos

Ativo	2015	Passivo	2015
<b>Acréscimos de Proveitos</b>		<b>Acréscimos de Custos</b>	
Outros acréscimos de proveitos	781.191,11	Remunerações a liquidar	1.139.444,72
Sub total	781.191,11	Outros acréscimos de custos	568.421,22
		Sub total	1.707.865,94
<b>Custos Diferidos</b>		<b>Proveitos Diferidos</b>	
Outros custos diferidos	27.608,94	Subsídios para investimentos	23.712.774,95
Sub total	27.608,94	Outros proveitos diferidos	11.819,80
		Sub total	23.724.594,75
<b>Total</b>	<b>808.800,05</b>	<b>Total</b>	<b>25.432.460,69</b>



■ Custos Diferidos ■ Acréscimos de Proveitos



■ Acréscimos de Custos ■ Proveitos Diferidos

### Afetação dos Subsídios para Investimentos a Proveitos do Exercício

Finalidade	Valor até 2015 (Proveitos diferidos)	Amortizado em 2015 (Proveitos de exercício)	Saldo final 2015 (a afetar a exercícios futuros)
Construção Escola da Retorta	444.100,51	3.264,25	440.836,26
Aqueduto dos Arcos	77.039,56	523,18	76.516,38
Requalificação ampliação Escola das Saibreiras- Ermesinde	153.323,45	2.420,20	150.903,25
Requalificação ampliação Escola de Balsehas - Campo	208.386,46	3.063,83	205.322,63
Requalificação ampliação Escola de Sampaio - Ermesinde	226.166,45	1.663,50	224.502,95
Requalificação ampliação Escola do Barreiro - Alfena	229.517,39	1.736,93	227.780,46
Construção da Escola da Estação - Valongo	942.024,03	13.257,83	928.766,20
Construção da Escola do Valado - Valongo	1.782.352,18	25.098,42	1.757.253,76
Requalificação ampliação Escola da Boavista - Valongo	233.819,63	1.718,49	232.101,14
Construção da Escola Mirante Sonhos - Ermesinde	1.662.737,90	22.452,20	1.640.285,70
Aquisição de 46 fogos Montes da Costa	1.024.391,86	14.188,49	1.010.203,37
Programa Polis	6.205.018,04	158.038,05	6.046.979,99
Pavilhão Gimnodesportivo de Valongo	121.125,01	1.925,89	119.199,12
Requalif.envolvente das Capelas Stª Justa e S. Sabino	484.046,01	47.758,78	436.287,23
Pavilhão Gimnodesportivo de Campo	676.309,34	11.410,81	664.898,53
Pavilhão Gimnodesportivo de Sobrado	517.593,92	10.061,91	507.532,01
Nova Escola EB1/JI de Valongo	558.235,80	8.162,10	550.073,70
Reservatórios de abastecimento de água	2.849.821,73	16.655,95	2.833.165,78
Centro Empresarial Campo - Via Distribuidora 1ª Fase	1.294.813,28	80.845,63	1.213.967,65
Construção da Escola Campelo - Sobrado	1.255.473,99	17.157,84	1.238.316,15
Requalificação ampliação Escola Susão - Valongo	562.861,92	8.960,36	553.901,56
Construção da Escola Moirais - Campo	846.477,35	11.566,22	834.911,13
Consolidação das TICS - Parque Escolar	24.501,97	24.501,97	0,00
Eficiência Energética Regul. Flu. Luminosos C. Valongo	665.000,00	35.720,61	629.279,39
Loja Interativa de Turismo	20.982,74	156,43	20.826,31
Const.passag.inf.Km9,095 p/supressão passag.nível Km9,087	511.773,38	98.123,92	413.649,46
Edifício e outras construções - SMAES	1.264.310,73	508.995,89	755.314,84
<b>Total</b>	<b>24.842.204,63</b>	<b>1.129.429,68</b>	<b>23.712.774,95</b>

## Rácios de Análise Financeira

Em matéria de análise de balanço, reúne-se no quadro seguinte, o resultado de alguns rácios que permitem melhor conhecer a tendência evolutiva das massas patrimoniais.

Rácio	Anos				Descrição
	2012	2013	2014	2015	
<b>Liquidez Geral</b> Ativo circulante/ Passivo corrente	7,44%	8,35%	10,45%	11,31%	Mede a capacidade de solver os compromissos de curto prazo (inferiores a um ano) através de capitais circulantes .
<b>Liquidez imediata</b> Disponível / Passivo corrente	4,76%	3,92%	7,11%	10,23%	Mede o grau de cobertura dos passivos correntes através de disponibilidades.
<b>Autonomia Financeira</b> Capitais próprios / Ativo líquido	67,56%	68,44%	69,96%	70,84%	Mede a cobertura do ativo líquido através de fundos próprios.
<b>Cobertura do Imobilizado</b> Capitais permanentes / Imobilizado líquido	82,41%	88,26%	88,41%	88,84%	Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes. O capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
<b>Autofinanciamento de Capitais Permanentes</b> Capitais próprios / Capitais permanentes	83,13%	78,38%	78,40%	81,11%	Este rácio indica em que medida os capitais permanentes (capitais próprios+exigível a médio e longo prazo) estão cobertos por capitais próprios.
<b>Meios Libertos</b> Resultado líquido + Amortizações + Provisões	5.951.590,58	6.579.897,72	8.735.178,10	9.707.805,85	Recursos financeiros gerados.

Indicadores patrimoniais	Anos			
	2012	2013	2014	2015
Imobilizado líquido ano n / Imobilizado líquido n-1	95,92%	96,38%	98,66%	96,14%
Amortizações acumuladas / Ativo Bruto	31,89%	34,74%	37,03%	39,29%
Proveitos diferidos ano n / Proveitos diferidos n-1	99,89%	100,89%	104,75%	95,94%
Resultado líquido exercício / Fundos Próprios	-3,43%	-3,15%	-1,66%	-1,02%
Fornec Serv Externos ano n / Fornec Serv Externos n-1	93,42%	95,76%	82,04%	107,05%
Dívida a pagar curto prazo ano n / Dívida a pagar curto prazo n-1	90,45%	28,81%	76,40%	100,32%
Dívida a pagar médio longo prazo ano n/ Dívida a pagar médio longo prazo n-1	93,59%	131,70%	90,98%	93,64%
Dívida a pagar / Ativo líquido	23,08%	20,56%	19,27%	18,58%

## Estrutura e execução da Receita

---

## ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA RECEITA

### Receita Cobrada

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos.

No ano 2015, a receita efetiva foi de 31.982.847,01€, correspondendo às componentes económicas corrente e de capital, respetivamente 31.344.498,09€ (98%) e 638.439,01€ (2%).

A este quantitativo de receita corrente acresce o montante de 49.341,45€, relativo a receita de anos anteriores apenas cobrada em 2015, o que perfaz o montante de 32.032.188,55€. Este valor correspondente a anos anteriores não foi considerado para efeitos comparativos.

As reposições não abatidas nos pagamentos foram de 74.386,99€ (0,23%), totalizando os recursos financeiros globais o valor de 32.057.234,09€, cujo grau de execução foi de 102%.

Da estrutura da receita representada no quadro abaixo observa-se a supremacia dos impostos diretos no total da receita (44,11%), salientando-se também a importância das transferências correntes que evidenciam um peso de 32,63%, seguindo-se a venda de bens e serviços correntes com um peso de 10,97%.

QUADRO Nº 3

	Descrição	Montante	%
Receitas Correntes	01 - Impostos Diretos	14.163.264,27 €	44,11%
	02 - Impostos Indiretos	829.423,16 €	2,58%
	04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	480.434,59 €	1,50%
	05 - Rendimentos de Propriedade	1.801.635,76 €	5,61%
	06 - Transferências Correntes	10.476.782,89 €	32,63%
	07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	3.520.637,00 €	10,97%
	08 - Outras Receitas Correntes	121.661,87 €	0,38%
		<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>31.393.839,54 €</b>
Receitas Capital	09 - Venda de bens de investimento	6.900,00 €	0,02%
	10 - Transferências de Capital	631.449,01 €	1,97%
		<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>638.349,01 €</b>
	<b>15 - Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>74.386,99 €</b>	<b>0,23%</b>
	<b>Total da Receita</b>	<b>32.106.575,54 €</b>	<b>100%</b>

Nota: Receita Cobrada Bruta

### Rácios de Estrutura da Receita

Evidenciam as proporções existentes entre as principais rubricas da Receita.

Impostos 47,76%

Receitas Correntes

Transferências Correntes 33,37%

Receitas Correntes

Receitas Correntes do ano n 102,19%

Receitas Correntes do ano n-1

Transferências de Capital 98,92%

Receitas de Capital

Receitas Correntes 97,78%

Receitas Totais

Impostos e taxas do ano n 101,31%

Impostos e taxas do ano n-1

## Receitas Próprias

Receitas obtidas a nível interno, através do produto dos impostos diretos e outros que recaem sobre o Setor Produtivo, bem como da atividade na venda de bens e serviços correntes.

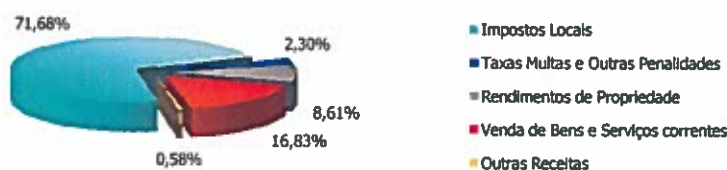
Compreendem duas vertentes quanto à forma de cobrança, dado que a receita de impostos diretos é efetuada pela Administração Central e a restante pelo Município.

QUADRO Nº 4

Receitas Próprias		Montante	%
Corrente	Impostos Locais	14.992.687,43 €	71,68%
	Taxas Multas e Outras Penalidades	480.434,59 €	2,30%
	Rendimentos de Propriedade	1.801.635,76 €	8,61%
	Venda de Bens e Serviços correntes	3.520.637,00 €	16,83%
	Outras Receitas	121.661,87 €	0,58%
Total da Receita Própria		20.917.056,65 €	100,00%

O gráfico seguinte detalha a composição desta estrutura

FIGURA 3



Indicadores de importância das Receitas Próprias na estrutura da Receita

$\frac{\text{Impostos Locais}}{\text{Receitas Correntes}}$  47,76%

$\frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{Receita Total}}$  65,15%

$\frac{\text{Receitas Próprias Correntes}}{\text{Receitas Correntes}}$  66,63%

$\frac{\text{Rendimentos de propriedade (ano n)}}{\text{Rendimentos de propriedade (ano n-1)}}$  100,07%

A Autarquia cobrou 65,15% de receita própria, constituída somente por receita corrente cujo rácio, sendo superior a 50%, significa independência financeira.

## Receita Fiscal

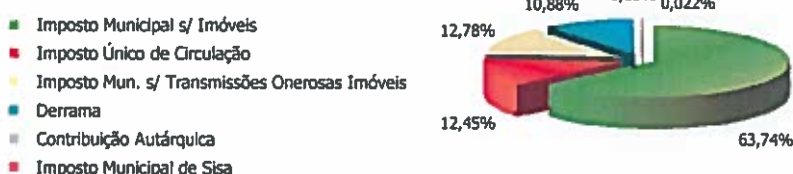
No conjunto das receitas do Município, merece especial destaque pela sua representatividade, a receita fiscal cobrada de 14.163.264,27€, representando 45,10% da receita corrente e 44,11% do total da receita, cujas componentes refletem a capacidade tributária do Município e resultam da dinâmica social, económica e urbana existente.

Nos quadros e gráficos a seguir observam-se os vários agregados que compõem esta receita tais como impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 5

Impostos Diretos	Montante	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	9.027.579,43 €	63,74%
Imposto Único de Circulação	1.763.281,48 €	12,45%
Imposto Mun. s/ Transmissões Onerosas Imóveis	1.809.741,37 €	12,78%
Derrama	1.541.085,36 €	10,88%
Impostos abolidos:		
Contribuição Autárquica	18.444,03 €	0,13%
Imposto Municipal de Sisa	3.132,60 €	0,022%
<b>Total</b>	<b>14.163.264,27 €</b>	<b>100%</b>

FIGURA 4



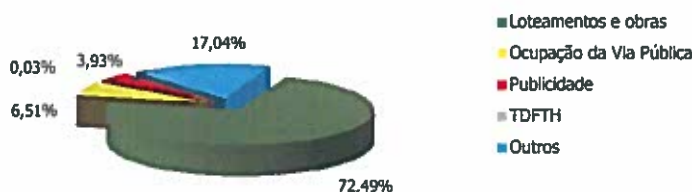
Os impostos indiretos provêm de receitas exclusivamente do Setor Produtivo, isto é, são pagos por unidades empresariais.

QUADRO Nº 6

Impostos Indiretos	Montante	%
Taxas pagas por empresas:		
Loteamentos e obras	601.248,63 €	72,49%
Ocupação da Via Pública	54.025,39 €	6,51%
Publicidade	32.566,70 €	3,93%
TDFTH	225,45 €	0,03%
Outros	141.356,99 €	17,04%
<b>Total</b>	<b>829.423,16 €</b>	<b>100%</b>

TDFTH: Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação

FIGURA 5



Em comparação com o ano anterior, denota-se uma ligeira diminuição na componente de Impostos Diretos de 2,71%, enquanto que a componente de Impostos Indiretos registou um aumento significativo na ordem dos 227,69%.



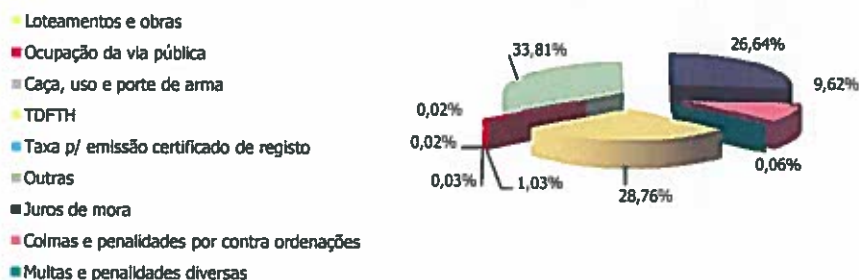
No quadro seguinte englobam-se taxas diversas pagas por particulares, bem como multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções pecuniárias, como resultado de infrações cometidas, quer por particulares quer por unidades empresariais.

O montante de 162.453,47 € inscrito na rubrica Outras engloba a receita correspondente à autenticação de documentos, aditamentos, certidões, averbamentos, prorrogação de licenças, plantas topográficas e outros.

QUADRO Nº 7

Taxas, Multas e Outras Penalidades	Montante	%
<b>Taxas pagas por particulares:</b>		
Loteamentos e obras	138.191,84 €	28,76%
Ocupação da via pública	4.965,84 €	1,03%
Caça, uso e porte de arma	161,17 €	0,03%
TDFTH	95,19 €	0,02%
Taxa p/ emissão certificado de registo	101,25 €	0,02%
Outras	162.453,47 €	33,81%
<b>Multas e outras penalidades:</b>		
Juros de mora	127.964,29 €	26,64%
Coimas e penalidades por contra ordenações	46.225,24 €	9,62%
Multas e penalidades diversas	276,30 €	0,06%
<b>Total</b>	<b>480.434,59 €</b>	<b>100%</b>

FIGURA 6



No quadro abaixo apresenta-se o peso de cada componente da receita fiscal:

QUADRO Nº 8

Receita Fiscal	Montante	%
Impostos diretos	14.163.264,27 €	91,53%
Impostos indiretos	829.423,16 €	5,36%
Taxas multas e outras penalidades	480.434,59 €	3,10%
<b>Total da receita fiscal</b>	<b>15.473.122,02 €</b>	<b>100%</b>

FIGURA 7



O peso desta receita nas receitas correntes assume 49,29%. Em relação ao ano de 2014 representa um acréscimo de 1,31%, refletido sobretudo nos Impostos Diretos, fruto do impacto do aumento do imposto municipal sobre imóveis e no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

## **TRANSFERÊNCIAS**

### **Transferências do Orçamento do Estado para 2015**

Os Fundos Municipais (FM) são constituídos por transferências correntes e de capital, inscritas no Orçamento do Estado e destinadas a satisfazer despesas das Autarquias. Os Fundos Municipais são compostos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a participação na coleta líquida do IRS, proveniente dos contribuintes residentes em cada Município.

No cálculo destas transferências são aplicadas as disposições dos artigos 25º a 35º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), em articulação com o preconizado no art.º 87º, capítulo IV do Orçamento do Estado para 2015 – Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos.

A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, que visa atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação:

- a) Uma subvenção geral, determinada através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);
- b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM);
- c) Uma participação variável de 5% no IRS.

O FEF é distribuído em partes iguais (50%) entre o Fundo Geral Municipal, que visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições e o Fundo de Coesão Municipal, que tem como objetivo reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos Municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

No ano 2015, o montante relativo ao Fundo Social Municipal continua a destinar-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, estando consignado ao financiamento de despesas determinadas, relativas à educação, saúde e ação social.

O n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os montantes relativos à participação dos Municípios nos Fundos são inscritos no orçamento municipal da receita e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do respetivo mês.

Menciona ainda o mesmo artigo que o órgão executivo do Município pode decidir da repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90% do FEF, informando a DGAL anualmente e até 30 de junho do ano anterior ao qual respeita o Orçamento, da percentagem que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerado o percentual de 90%.

Por sua vez, a DGAL indica, até 31 de agosto de cada ano, os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano seguinte.

A Direção-geral das Autarquias Locais transferiu para o município, de acordo com o Mapa XIX da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, os montantes aprovados provenientes da participação nos impostos do Estado, decorrentes do art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, de acordo com os critérios de distribuição definidos no Capítulo III do citado diploma.

QUADRO Nº 9

Transferências do Orçamento do Estado		Montante	%
Correntes	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.592.918,00	47,62%
	Fundo Social Municipal	1.507.127,00	15,63%
	Participação variável no IRS	3.034.157,00	31,46%
	Subtotal	9.134.202,00	94,71%
Capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro	510.324,00	5,29%
	Subtotal	510.324,00	5,29%
	Total Global	9.644.526,00	100,00%

As transferências do Orçamento do Estado registaram uma variação positiva de 5,77% em relação ao ano anterior, originada pela diminuição de 6,35% do FEF de capital, e os aumentos do FSM e da participação variável no IRS, em 4,90% e 35,92%, respetivamente. No conjunto da receita total representam 30,04%, aferindo este indicador o grau de dependência da participação dos impostos estaduais.

Fundo Municipal Corrente 29,10%  
Receita Corrente

Fundos Municipais 30,04%  
Receita Total

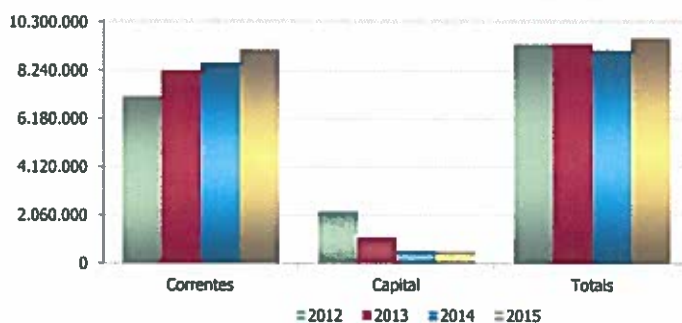
FEF de Capital 79,94%  
Receita de Capital

Evolução dos Fundos Municipais:

QUADRO Nº 10

Transf OE	Anos	2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
Correntes		7.144.077	8.259.551	15,61	8.573.233	3,80	9.134.202	6,54
Capital		2.230.947	1.115.473	-50,00	544.920	-51,15	510.324	-6,35
Totais		9.375.024	9.375.024	0,00	9.118.153	-2,74	9.644.526	5,77

FIGURA B



As transferências representam uma fonte substancial de financiamento e totalizam 34,60% da receita total da Autarquia. As suas diferentes origens podem ser visualizadas no quadro seguinte.

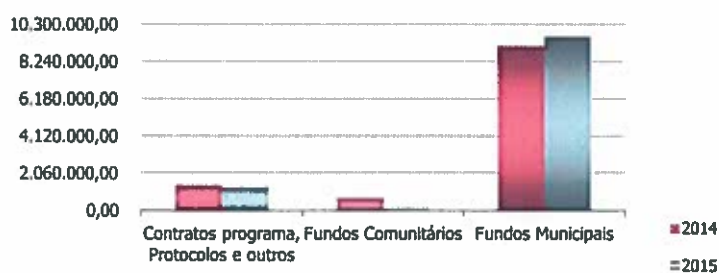
Transferências      34,60%  
Receitas Totais

QUADRO Nº 11

Transferências	Anos				Variação homóloga
	2014	%	2015	%	
<b>Contratos Programas, Protocolos e outros</b>					
Correntes	1.406.943,89	12,54%	1.285.805,05	11,58%	-8,61%
Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
<b>Fundos Comunitários</b>					
Correntes	142.054,44	1,27%	56.775,84	0,51%	-60,03%
Capital	554.334,43	4,94%	121.125,01	1,09%	-78,15%
<b>Fundos Municipais</b>					
Correntes	8.573.233,00	76,40%	9.134.202,00	82,23%	6,54%
Capital	544.920,00	4,86%	510.324,00	4,59%	-6,35%
<b>Subtotal</b>					
Correntes	10.122.231,33	90,20%	10.476.782,89	94,32%	3,50%
Capital	1.099.254,43	9,80%	631.449,01	5,68%	-42,56%
<b>Total</b>	<b>11.221.485,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.108.231,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,01%</b>

#### Representação Gráfica das transferências globais

FIGURA 9



Da observação destes mapas conclui-se que a principal componente das Transferências são as relativas ao Orçamento do Estado (Fundos Municipais), calculadas de acordo com os art.º 25º a 35º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A variação homóloga relativa ao total das Transferências foi de -1,01%.

## Estrutura e execução da Despesa

---

## ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

### Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa

A despesa é agregada pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos, cujos valores efetivos da despesa comprometida, realizada e paga, cifraram-se nos montantes de 31.434.171,31 €, 31.278.770,17 € e 31.268.922,38 €, cujo grau de execução foi de 95,06%, 94,59% e 94,56%, respetivamente, como se detalha no quadro abaixo.

QUADRO Nº 12

Descrição	Comprometida		Realizada		Execução Financeira		
	Montante	%	Montante	%	V. pago	%	
Despesa Corrente	01 - Pessoal	11.356.509,64	36,13%	11.348.062,19	36,28%	11.348.062,19	36,29%
	02 - Aquisição de bens e serviços	9.888.788,56	31,46%	9.803.758,91	31,34%	9.793.911,12	31,32%
	03 - Juros e outros encargos	584.835,14	1,86%	584.835,14	1,87%	584.835,14	1,87%
	04 - Transferências Correntes	2.100.045,59	6,68%	2.098.045,59	6,71%	2.098.045,59	6,71%
	06 - Outras Despesas Correntes	471.497,73	1,50%	470.759,17	1,51%	470.759,17	1,51%
	<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>24.401.676,66</b>	<b>77,63%</b>	<b>24.305.461,00</b>	<b>77,71%</b>	<b>24.295.613,21</b>	<b>77,70%</b>
Despesa de Capital	07 - Aquisição bens de capital	2.986.250,66	9,50%	2.927.065,18	9,36%	2.927.065,18	9,36%
	Edifícios	1.573.671,60	5,01%	1.552.185,19	4,96%	1.552.185,19	4,96%
	Construções diversas	1.067.796,40	3,40%	1.050.242,98	3,36%	1.050.242,98	3,36%
	Material de transporte	43.605,22	0,14%	43.605,22	0,14%	43.605,22	0,14%
	Equipamento de informática	99.272,01	0,32%	99.272,01	0,32%	99.272,01	0,32%
	Software informático	27.540,44	0,09%	23.296,94	0,07%	23.296,94	0,07%
	Equipamento administrativo	49.206,91	0,16%	49.206,91	0,16%	49.206,91	0,16%
	Equipamento básico	125.158,08	0,40%	109.255,93	0,35%	109.255,93	0,35%
	08 - Transferências de capital	628.353,29	2,00%	628.353,29	2,01%	628.353,29	2,01%
	09 - Ativos financeiros	236.434,00	0,75%	236.434,00	0,76%	236.434,00	0,76%
	10 - Passivos Financeiros	3.181.456,70	10,12%	3.181.456,70	10,17%	3.181.456,70	10,17%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>7.032.494,65</b>	<b>22,37%</b>	<b>6.973.309,17</b>	<b>22,29%</b>	<b>6.973.309,17</b>	<b>22,30%</b>	
<b>Total da Despesa</b>	<b>31.434.171,31</b>	<b>100%</b>	<b>31.278.770,17</b>	<b>100%</b>	<b>31.268.922,38</b>	<b>100%</b>	

A despesa corrente realizada foi de 24.305.461,00 € e a despesa de capital ascendeu a 6.973.309,17 €, sendo que as duas componentes representam, respetivamente 77,70% e 22,30% da grandeza em análise.

De referir que os montantes de despesa contêm a dívida transitada de 2014 para 2015. Na despesa corrente, as componentes que assumem maior significado são as relativas a Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços e na despesa de capital os Passivos Financeiros.

**Rácios** de Estrutura da Despesa, evidenciando o comportamento das variáveis mais significativas da despesa, na ótica da realização.

<u>Pessoal</u>	46,69%	<u>Investimento</u>	41,98 %
Despesa Corrente		Despesa de Capital	
<u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	40,34 %	<u>Passivos Financeiros</u>	45,62 %
Despesa Corrente		Despesa de Capital	
<u>Encargos Financeiros</u>	2,41 %	<u>Pessoal</u>	36,28 %
Despesa Corrente		Despesa Total	

## Comparação das diversas fases da despesa

No quadro seguinte estão evidenciados os níveis de execução nas diferentes fases da despesa, resultando que da despesa comprometida ficou por realizar 0,49% e da faturação emitida ficou em dívida 0,03%.

QUADRO Nº 13

Despesa	Dotação	Comprometida	Realizada	Paga	Realizada e não paga	Comprometida por realizar
Despesa Corrente	25.852.696,74	24.401.676,66	24.305.461,00	24.295.613,21	9.847,79	96.215,66
Despesa de Capital	7.215.920,75	7.032.494,65	6.973.309,17	6.973.309,17	0,00	59.185,48
<b>Total</b>	<b>33.068.617,49</b>	<b>31.434.171,31</b>	<b>31.278.770,17</b>	<b>31.268.922,38</b>	<b>9.847,79</b>	<b>155.401,14</b>

A despesa realizada deduzida dos encargos da dívida, juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, no montante de 429.049,40 € e de 3.181.456,70 €, respetivamente, situa-se em 27.668.264,07 €. Por razões impostas pela Contabilidade Pública, essa despesa contém a dívida reportada à execução de exercícios anteriores, no montante de 19.487,58 €, relativa a despesa corrente.

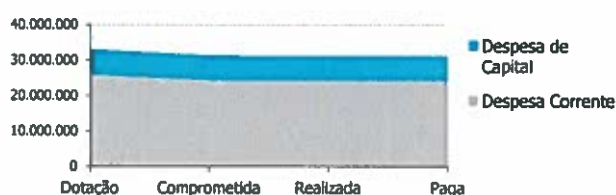
Da leitura do mapa do Controlo Orçamental da Despesa, que constitui parte integrante da Prestação de Contas, o total dos compromissos por pagar no montante de 165.248,93 €, resulta da faturação não paga (9.847,79 €) e dos compromissos por realizar (155.401,14 €). O peso dos compromissos por pagar na despesa realizada é de 0,53%.

A execução global da despesa paga foi de 31.268.922,38 €, dos quais 31.249.434,80 € são referentes a despesa do exercício.

Os compromissos assumidos para exercícios futuros de 31.330.651,81 € dizem respeito nomeadamente aos contratos de: serviços de limpeza e higiene pública; fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino pré escolar e básico; plano de emergência alimentar; transportes escolares; fornecimento de combustíveis; comunicações; seguros e outros encargos de instalações e ainda ao serviço da dívida decorrente do empréstimo no âmbito do PAEL e outros.

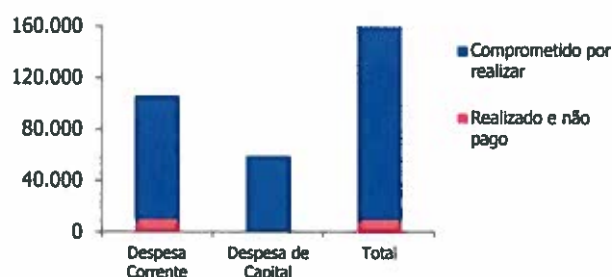
### Representação gráfica das fases da despesa

FIGURA 10



### Representação gráfica dos compromissos de 2015 por pagar

FIGURA 11



## Despesas de Funcionamento

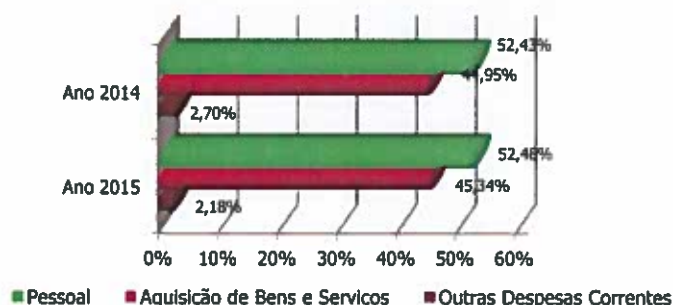
Pela ótica da despesa faturada total, regista-se um decréscimo de 0,07% quando comparado com o ano anterior, reflexo da reduzida dívida transitada e ao pagamento da existente, aliada à diminuição da aquisição de bens e serviços e das outras despesas correntes. Acrescente-se que este tipo de despesa constitui uma componente fixa da despesa corrente dado o seu carácter pouco flexível.

QUADRO Nº 14

Encargos de Funcionamento	Ano 2014		Ano 2015		Variação %
	Montante	%	Montante	%	
Pessoal	11.335.793,30	52,43%	11.348.062,19	52,48%	0,11%
Aquisição de Bens e Serviços	9.719.679,53	44,95%	9.803.758,91	45,34%	0,87%
Outras Despesas Correntes	583.115,99	2,70%	470.759,17	2,18%	-19,27%
<b>Total</b>	<b>21.638.588,82</b>	<b>100%</b>	<b>21.622.580,27</b>	<b>100%</b>	<b>-0,07%</b>

O gráfico seguinte detalha a composição destas despesas

FIGURA 12



Quadro demonstrativo da estrutura da despesa com pessoal no funcionamento da administração, repartida pelas componentes mais significativas, registando um ligeiro acréscimo de 0,11%.

QUADRO Nº 15

Custos	Ano 2014		Ano 2015		Variação %	
	Montante	%	Montante	%		
Remunerações	Pessoal aguardando aposentação	50.551,46	0,45%	12.743,45	0,11%	-74,79%
	Membros dos Órgãos Autárquicos	121.748,82	1,07%	122.340,49	1,08%	0,49%
	Pessoal a tempo indeterminado	8.250.547,58	72,70%	8.326.074,50	73,37%	0,92%
	Pessoal noutra situação	76.035,75	0,67%	76.686,84	0,68%	0,86%
	Subtotal	8.498.883,61	74,89%	8.537.845,28	75,24%	0,46%
Segurança Social	Suplementos de remunerações	44.644,92	0,39%	60.347,76	0,53%	35,17%
	Encargos sobre remunerações	1.898.355,83	16,73%	1.895.632,07	16,70%	-0,14%
	Seguros	51.082,39	0,45%	58.315,84	0,51%	14,16%
	Encargos com a saúde	624.909,96	5,51%	558.758,04	4,92%	-10,59%
	Subtotal	2.618.993,10	23,08%	2.573.053,71	22,67%	-1,75%
Outras despesas	217.916,59	1,92%	237.163,20	2,09%	8,83%	
<b>Total</b>	<b>11.335.793,30</b>	<b>99,89%</b>	<b>11.348.062,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,11%</b>	

## Rácios

$\frac{\text{Despesas de Funcionamento}}{\text{Despesas Correntes}}$	88,96%	$\frac{\text{Despesas de Funcionamento}}{\text{Despesa Total}}$	69,13%
$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Despesas de Funcionamento}}$	52,48%		



Na despesa global do Município os gastos com pessoal representam 36,28%, registando um ligeiro acréscimo de 0,11% face ao ano de 2014. Este diferencial deve-se essencialmente aos acréscimos verificados nas rubricas de relativas a encargos com segurança social.

Na componente da Despesa de Pessoal estão incluídos os abonos, variáveis ou eventuais, pagos ao Orgão Deliberativo, no montante de 37.835,52 €.

### Análise comparativa da Despesa de Funcionamento

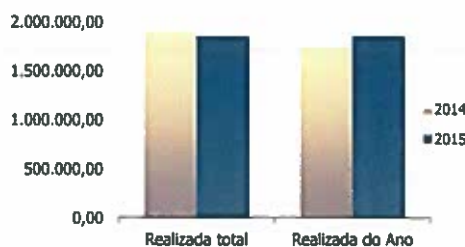
QUADRO Nº 16

Rubrica	Despesa realizada total			Despesa realizada do ano		
	2014	2015	Var %	2014	2015	Var %
Pessoal	11.335.793,30	11.348.062,19	0,11%	11.335.793,30	11.348.062,19	0,11%
Aquisição de bens	1.910.981,17	1.860.121,79	-2,66%	1.747.435,21	1.860.154,57	6,45%
Aquisição de serviços	7.808.698,36	7.943.637,12	1,73%	7.404.831,48	7.943.580,29	7,28%
Outras despesas correntes	583.115,99	470.759,17	-19,27%	583.115,99	470.759,17	-19,27%
<b>Total</b>	<b>21.638.588,82</b>	<b>21.622.580,27</b>	<b>-0,07%</b>	<b>21.071.175,98</b>	<b>21.622.556,22</b>	<b>2,62%</b>

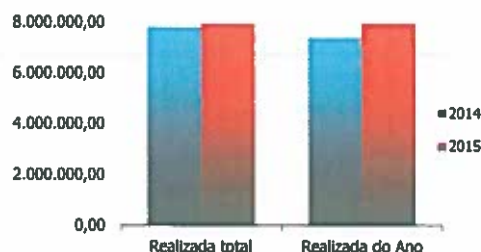
A despesa de funcionamento realizada total apresenta uma variação favorável de 0,07%, não significativa relativamente ao ano anterior, uma vez que embora em ambos os exercícios económicos a dívida transitada tenha um carácter residual, verifica-se contudo que em 2015 a dívida transitada do ano anterior foi menor, ao qual acresce o facto da despesa de funcionamento ter um carácter maioritariamente estável.

Assim, ao efetuar a análise da despesa de funcionamento efetiva do ano, verifica-se que em 2014 foi apurado o valor de 21.071.175,98 € e em 2015 foi do montante de 21.622.556,22 €, pelo que se verifica um acréscimo pouco significativo de de 2,62%.

Aquisição de bens  
FIGURA 13



Aquisição de serviços  
FIGURA 14



## Recursos Humanos

A Autarquia, em termos de meios humanos expressos no Balanço Social, no final do ano de 2015 era composta por 552 contratados por tempo indeterminado, não existindo contratados por tempo resolutivo certo.

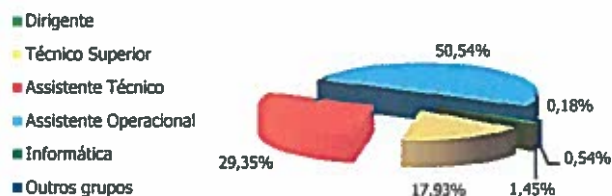
O total de elementos que figuram no Balanço Social difere do total efetivo de elementos da Autarquia em 31/12/2015 (590 trabalhadores) uma vez que para os cálculos estatísticos daquele Balanço não são incluídos os trabalhadores ausentes há mais de seis meses por razões de doença, licenças de maternidade e paternidade, licenças sem vencimento e outras.

Os referidos elementos apresentam a seguinte distribuição:

QUADRO Nº 17

GRUPOS	Contrato por tempo indeterminado	%
Dirigente	8	1,45%
Técnico Superior	99	17,93%
Assistente Técnico	162	29,35%
Assistente Operacional	279	50,54%
Informática	1	0,18%
Outros grupos	3	0,54%
	552	100%

Análise gráfica da afetação por grupos profissionais





O número total de trabalhadores efetivos em 31/12/2015 era composto por 319 homens e 233 mulheres, enquanto que no ano de 2014 foram registados 339 homens e 248 mulheres.

Fonte: Balanço Social 2015

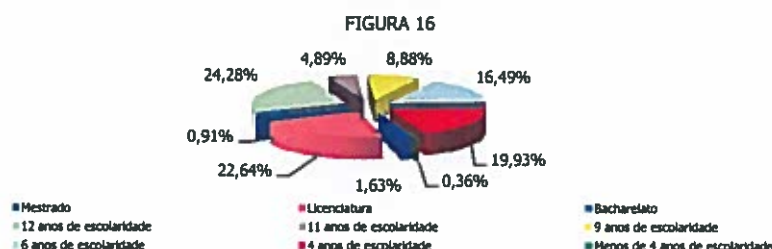
## Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo o sexo

QUADRO Nº 18

Habilitações Literárias			Total	%
Mestrado	4	5	9	1,63%
Licenciatura	78	47	125	22,64%
Bacharelato	2	3	5	0,91%
12 anos de escolaridade	79	55	134	24,28%
11 anos de escolaridade	17	10	27	4,89%
9 anos de escolaridade	18	31	49	8,88%
6 anos de escolaridade	14	77	91	16,49%
4 anos de escolaridade	20	90	110	19,93%
Menos de 4 anos de escolaridade	1	1	2	0,36%
<b>Totais</b>	<b>233</b>	<b>319</b>	<b>552</b>	<b>100%</b>



A componente feminina apresenta níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 78 possuem licenciatura e 79 são titulares do 12º ano de escolaridade.

### Representação gráfica dos níveis de qualificação



### Absentismo (contagem em dias):

QUADRO Nº 19

Tipo de Ausência	2015		Total	%
				
Casamento	41	15	56	0,27%
Proteção na parentalidade	1.034	244	1.278	6,17%
Falecimento Familiar	42	105	147	0,71%
Doença	7.091	8.757	15.848	76,47%
Assist. Família	95	146	241	1,16%
Trabalhador estudante	42	42	84	0,41%
Por conta periodo de férias	435,5	533,5	969,0	4,68%
Acidentes de serviço / doença prof.	556	1.094	1.650	7,96%
Com perda de vencimento	10	0	10	0,05%
Greve	44	48	92	0,44%
Injustificadas	0	6	6	0,03%
Outros	172,0	171,0	343	1,66%
<b>Totais</b>	<b>9.562,5</b>	<b>11.161,5</b>	<b>20.724,0</b>	<b>100%</b>

Nos outros tipos de ausência incluem-se as ausências para formação (211), por motivo de eleições (campanha eleitoral, candidatura e comparência em mesa eleitoral), doação de sangue, atividade sindical e provas de concurso.

O total de 20.724 dias de ausência, para um universo de 552 trabalhadores, representa um elevado nível de absentismo.



As faltas por doença, aliadas aos acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram as causas dominantes neste quantitativo sendo que, quanto ao género, teve maior influência o grupo masculino com 9.851 ausências.

Fonte: Balanço Social 2015

## Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia

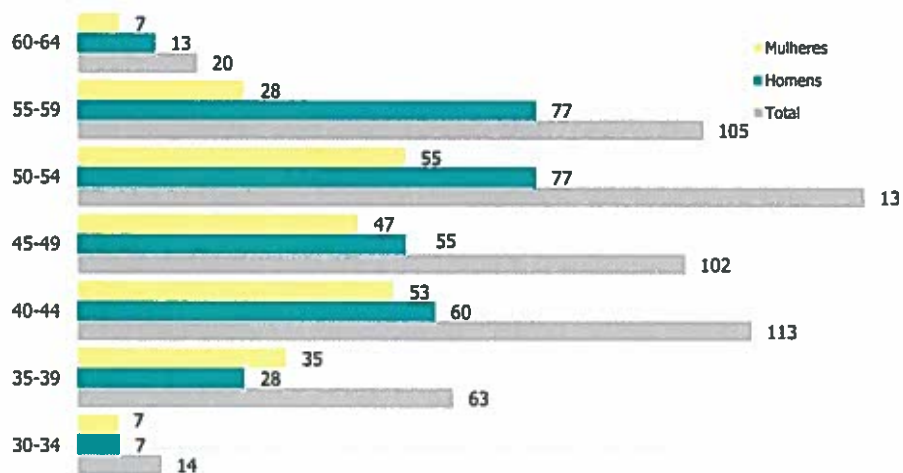
Distribuição do número dos efetivos por escalão etário em 31 de dezembro, cujo nível médio das idades se situa no intervalo entre os 45 e os 54 anos, verificando-se que 34,42% dos efetivos tem idade inferior a 45 anos.

QUADRO Nº 20

Idades			Total	%
30-34	7	7	14	2,54%
35-39	35	28	63	11,41%
40-44	53	60	113	20,47%
45-49	47	55	102	18,48%
50-54	55	77	132	23,91%
55-59	28	77	105	19,02%
60-64	7	13	20	3,62%
65-69	1	2	3	0,54%
<b>Totais</b>	<b>233</b>	<b>319</b>	<b>552</b>	<b>100%</b>

Representação gráfica da estrutura etária dos Recursos Humanos

FIGURA 17



Fonte: Balanço Social 2015

## Formação

Procurando conjugar as necessidades da Câmara com a valorização individual e profissional dos seus funcionários, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados, no ano de 2015 a formação espelha-se no mapa seguinte:

QUADRO Nº21

Funções	Ações externas		
	Participantes	Horas	%
Dirigente	2	14,0	4,17%
Técnico Superior	25	249,0	52,08%
Assistente Técnico	21	453,0	43,75%
Assistente Operacional	0	0,0	0,00%
Outros	0	0,0	0,00%
<b>Totais</b>	<b>48</b>	<b>716,0</b>	<b>100%</b>

A formação externa, com 48 participações, inclui 716 horas de formação, procurando conjugar as necessidades da Autarquia com a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados. No ano 2015 não foram realizadas ações de formação internas.

### Análise gráfica da afetação por grupos profissionais

FIGURA 18



### Contagem das ações de formação

QUADRO Nº 22

Ações	Distribuição por duração			Total
	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	
Ações externas	42	3	3	48
<b>Totais</b>	<b>42</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>48</b>

Fonte: Balanço Social 2015

## Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções

QUADRO Nº 23

Nacionalidade		Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros Grupos	Total
Países da União Europeia	H	5	34	56	219	1	3	318
	M	3	64	106	60	0	0	233
	Total	8	98	162	279	1	3	551
CPLP	H	—	1	—	—	—	—	1
	M	—	—	—	—	—	—	0
	Total	0	1	0	0	—	—	1
Outros países	H	—	—	—	—	—	—	0
	M	—	—	—	—	—	—	0
	Total	—	0	0	—	—	—	0
Totais	H	5	35	56	219	1	3	319
	M	3	64	106	60	0	0	233
	Total	8	99	162	279	1	3	552

FIGURA 19



## Trabalhadores portadores de grau de deficiência

QUADRO Nº 24

	Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros grupos	Total
H	—	—	1	3	—	—	4
M	—	2	4	1	—	—	7
Total	0	2	5	4	0	0	11

Fonte: Balanço Social 2015

## Transferências

Nos quadros que se seguem apresentam-se transferências repartidas por correntes e de capital e as correspondentes participações financeiras que totalizam 2.726.398,88 €.

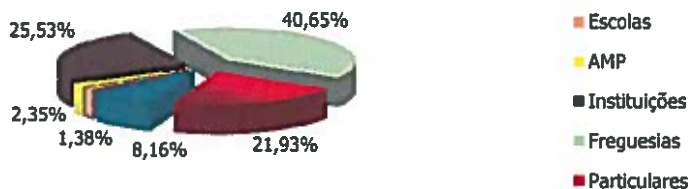
Os apoios financeiros atribuídos pelo Município dentro de um enquadramento regulamentar e na execução de contratos programa, destinam-se a financiar despesas correntes e de capital dos destinatários.

### Correntes

QUADRO Nº 25

Transferências Correntes		Montante	%
Freguesias	Bombeiros	171.163,90	8,16%
	Escolas	28.970,00	1,38%
	Área Metropolitana do Porto	49.232,00	2,35%
	Instituições	535.669,74	25,53%
	Alfena	131.458,46	6,27%
	Campo e Sobrado	243.018,92	11,58%
	Ermesinde	213.553,11	10,18%
	Valongo	264.788,15	12,62%
	Particulares	460.191,31	21,93%
Total		2.098.045,59	100%

FIGURA 20



### Capital

QUADRO Nº 26

Transferências de Capital	Montante	%
LIPOR	524.353,29	83,45%
Atlético Clube Alfenense	100.000,00	15,91%
Sporting Clube de Campo	4.000,00	0,64%
Total	628.353,29	100%

FIGURA 21



## Encargos da dívida de Empréstimos

QUADRO Nº 27

Entidade	Encargos do ano de 2014			Encargos do ano de 2015			% Variação
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	
<b>CÂMARA:</b>							
Emp. Bonificados - PER	496.639,56	14.562,79	511.202,35	499.212,93	10.665,68	509.878,61	-0,26%
Emp. Bonificados - Outros	48.160,64	1.771,04	49.931,68	48.160,64	763,49	48.924,13	-2,02%
Emp. Bonificados - Intempéries	43.897,72	1.349,84	45.247,56	44.240,01	814,49	45.054,50	-0,43%
<b>Subtotal</b>	<b>588.697,92</b>	<b>17.683,67</b>	<b>606.381,59</b>	<b>591.613,58</b>	<b>12.243,66</b>	<b>603.857,24</b>	<b>-0,42%</b>
Emp. Outros - Diversos	688.775,99	28.107,77	716.883,76	693.822,38	14.337,89	708.160,27	-1,22%
Emp. Outros - Prede	1.262.460,60	10.883,08	1.273.343,68	721.406,00	34.720,67	756.126,67	-40,62%
Emp. Outros - Pael	1.174.614,74	399.050,28	1.573.665,02	1.174.614,74	367.747,18	1.542.361,92	100,00%
<b>Subtotal</b>	<b>3.125.851,33</b>	<b>438.041,13</b>	<b>3.563.892,46</b>	<b>2.589.843,12</b>	<b>416.805,74</b>	<b>3.006.648,86</b>	<b>-15,64%</b>
<b>Totais</b>	<b>3.714.549,25</b>	<b>455.724,80</b>	<b>4.170.274,05</b>	<b>3.181.456,70</b>	<b>429.049,40</b>	<b>3.610.506,10</b>	

Juros de empréstimos 1,37 %

Receita corrente

Juros de empréstimos 1,77 %

Despesa Corrente

Juros de empréstimos 11,88 %

Serviço da dívida

Serviço da dívida 11,52 %

Receita corrente

Amortizações 88,12 %

Serviço da dívida

Serviço da dívida 11,54 %

Despesa Total

### Composição em termos percentuais do serviço da dívida

QUADRO Nº 28

Descrição	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Amortização anual	3.350.421,91	90,45%	3.350.421,91	90,45%	3.714.549,25	89,07%	3.181.456,70	88,12%
Juros	353.803,81	9,55%	353.808,81	9,55%	455.724,80	10,93%	429.049,40	11,88%
Serviço da dívida	3.704.225,72	100%	3.704.225,72	100%	4.170.274,05	100%	3.610.506,10	100%

Comparando o ano de 2015 com 2014, o decréscimo verificado no serviço da dívida provém do término dos encargos financeiros e amortizações inerentes ao empréstimo no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Estado (PREDE), contraído junto de uma entidade bancária.



## Limite da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, veio definir novas regras no que concerne ao limite de endividamento aplicável aos Municípios, orientado por princípios de rigor e eficiência, com o objetivo de minimizar custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, garantir uma distribuição equilibrada de custos pelos orçamentos anuais, prevenir a excessiva concentração temporal de amortização e precaver a exposição a riscos excessivos.

O n.º 1 do art.º 52.º da referida Lei estabelece que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades relevantes previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 estipula que a dívida total engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de entidades financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo define que, em caso de incumprimento do limite, a Autarquia deve reduzir pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Caso cumpra o limite, só pode aumentar, em cada ano, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Das entidades consideradas como relevantes para efeitos de limite da dívida total constam os serviços municipalizados e intermunicipalizados, entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas (em caso de desequilíbrio de contas - art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), as cooperativas e fundações e entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

O art.º 56.º, n.º 1 da Lei em apreço refere que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas finanças e autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do Município.

Menciona ainda o n.º 2 que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida, além das entidades supramencionadas é ainda informado o Banco de Portugal. O n.º 3 prevê que, no caso do Município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1.

### Situação do Município face ao limite estipulado na Lei:

Limite à dívida total do Município:

Obs	Descrição	Montante
(1)	Receita corrente líquida:	
	2012	28.000.220
	2013	29.790.893
	2014	30.475.998
	Total	88.267.111
(2)	Média receita corrente líquida (1)/3	29.422.370
(3)	Média x 1,5	44.133.555

Descrição	Montante
Dívida:	
Total	44.004.795
Não orçamental	-790.257
Orçamental	43.214.538
Entidades participadas	5.466.750
Total	48.681.288

Obs: Até à data de fecho da Prestação de Contas a Área Metropolitana do Porto não disponibilizou a informação necessária, pelo que não está refletido o seu contributo nas entidades participadas.

## Stock da Dívida

Composição e evolução da dívida a curto, médio e longo prazos:

QUADRO Nº 31

Designação da dívida	2015		
	Médio Longo Prazo	Curto Prazo	Total
Empréstimos	24.370.730,94		24.370.730,94
Fornecedor - EDP	18.223.309,14		18.223.309,14
Fundo de Apoio Municipal	1.418.602,85		1.418.602,85
Outros Fornecedores		10.062,28	10.062,28
Outros devedores e credores		622.378,40	622.378,40
Subtotal	44.012.642,93	632.440,68	44.645.083,61
Operações de Tesouraria		785.590,16	785.590,16
<b>Total</b>	<b>44.012.642,93</b>	<b>1.418.030,84</b>	<b>45.430.673,77</b>

O stock da dívida da Autarquia é do valor de 45.430.673,77 €, repartido entre dívida de médio e longo prazos no montante de 44.012.642,93 € e 1.418.030,84 € correspondem a dívida a curto prazo. A dívida de médio e longo prazos inclui a dívida bancária de 24.370.730,94 €, a dívida consolidada à EDP no valor de 18.223.309,14 € e o Fundo de Apoio Municipal, no montante de 1.418.602,85 €.

QUADRO Nº 32

Designação Dívida	Anos		Var. %	2015	Var. %
	2013	2014			
Empréstimos a Médio e a Longo Prazo	31.266.736,89	27.552.187,64	-11,88%	24.370.730,94	-11,55%
Dívida a Fornecedores e Outros Credores (curto prazo)	2.387.343,02	948.632,67	-60,26%	632.440,68	-33,33%
Endividamento sub total	33.654.079,91	28.500.820,31	-15,31%	25.003.171,62	-12,27%
Dívida m.l.p. à EDP	19.546.434,82	18.898.184,82	-3,32%	18.223.309,14	-3,57%
Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00	0,00%	1.418.602,85	100,00%
Operações de Tesouraria	851.779,03	722.663,07	-15,16%	785.590,16	8,71%
<b>Endividamento total</b>	<b>54.052.293,76</b>	<b>48.121.668,20</b>	<b>-10,97%</b>	<b>45.430.673,77</b>	<b>-5,59%</b>

O quadro acima permite visualizar a composição da dívida nos últimos três anos e identificar a evolução da mesma registando uma diminuição de 5,59% no total, sendo que na dívida de curto prazo o decréscimo foi de 33,33% resultante da contenção da despesa e do pagamento atempado da faturação.

No tocante às Operações de Tesouraria, o aumento de 8,71% não tem representação em termos de dívida, são valores de Terceiros à guarda do Município, cuja contrapartida está registada no Ativo do Balanço em disponibilidades. Não constituem dívida visto tratar-se apenas de uma dinâmica de cobranças e pagamentos para Terceiros.

FIGURA 22



Reflexos da evolução do endividamento na estrutura da Dívida Municipal

QUADRO Nº 33

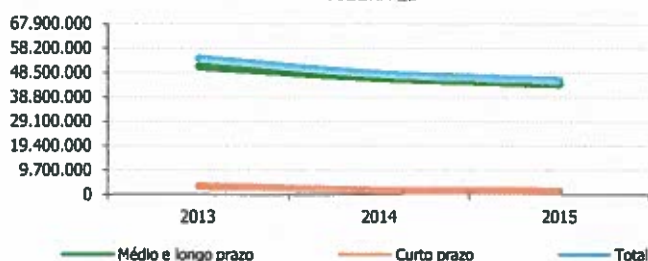
Designação da Dívida	Anos		
	2013	2014	2015
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	30,25%	57,26%	53,64%
Dívida a Fornecedores e Outros Credores	35,37%	1,97%	1,39%
Dívida a outros credores a m. l. prazo	33,14%	39,27%	40,11%
Operações de Tesouraria	1,24%	1,50%	1,73%

## Evolução do Stock da Dívida

QUADRO Nº 35

Anos	Médio e longo prazo	Taxa de absorção da dívida	Curto prazo	Taxa de absorção da dívida	Total	Taxa de absorção da dívida
2013	50.813.171,71		3.239.122,05		54.052.293,76	
2014	46.450.372,46	9,39%	1.671.295,74	93,81%	48.121.668,20	12,32%
2015	44.012.642,93	5,54%	1.418.030,84	17,86%	45.430.673,77	5,92%

FIGURA 23



O Stock da dívida registado no Passivo do Balanço integra o total da dívida de curto, médio e longo prazos registada em 31 de dezembro de cada exercício económico. O mapa de evolução do stock da dívida permite analisar a diminuição da dívida relativamente ao ano imediatamente anterior, nas duas componentes.

### Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços. Para cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) foi criado um indicador no qual o numerador (DF) corresponde ao valor das dívidas de curto prazo a fornecedores e o denominador (A) respeita às aquisições de bens e serviços, efetuadas no mesmo período temporal (Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril).

Relativamente aos anos anteriores, o PMP apresenta uma redução deveras importante e significativa, como se descreve:

Anos	2012	2013	2014	2015
PMP	332	137	21	6

Relativamente ao exercício económico de 2015, a evolução trimestral foi a seguinte:

2015	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
PMP	15	11	5	6	

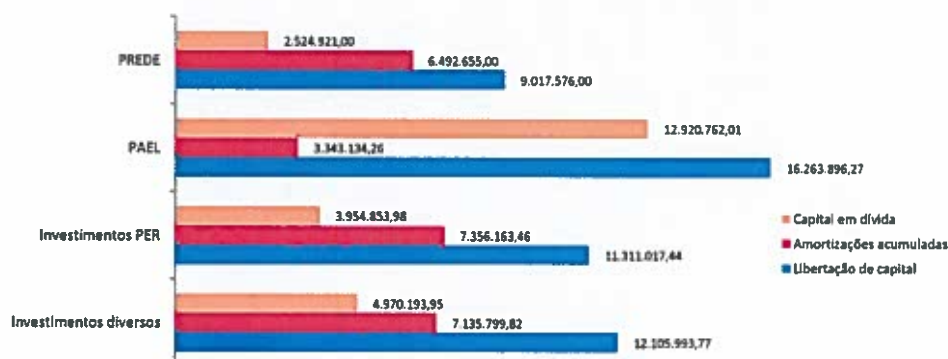
Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
<b>Dívidas a Fornecedores (DF)</b>					
22 (Excluí 229)	340.349,84	171.280,83	136.628,35	10.062,28	658.321,30
252	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
261 (Excluí 2619)	110.375,59	29.589,91	18.622,89	20.274,44	178.862,83
265	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
266	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
267	2.697,00	4.897,20	2.005,00	2.103,96	11.703,16
<b>Total Trimestre</b>	<b>453.422,43</b>	<b>205.767,94</b>	<b>157.256,24</b>	<b>32.440,68</b>	<b>848.887,29</b>
<b>Aquisições de bens e serviços (A)</b>					
31 (débito s/ 317 e	56.773,42	130.035,19	121.929,97	158.673,63	467.412,21
62 (saldo)	1.684.383,32	2.052.954,12	1.885.228,05	2.752.125,98	8.374.691,47
42 (débitos)	46.047,56	28.666,09	481.188,68	1.026.347,26	1.582.249,59
442 (débitos)	76.712,51	358.848,37	190.213,53	963.042,51	1.588.816,92
445 (débitos)	80.209,53	60.097,59	146.539,16	388.521,91	675.368,19
45 (débitos)	0,00	3.075,00	6.143,84	229.077,46	238.296,30
<b>Total Trimestre</b>	<b>1.944.126,34</b>	<b>2.633.676,36</b>	<b>2.831.243,23</b>	<b>5.517.788,75</b>	<b>12.926.834,68</b>
			<b>PMP</b>	<b>(DF/4)/A x 365</b>	<b>5,99</b>

## Empréstimos a médio e longo prazos

QUADRO Nº 36

Descrição	Libertação de capital	Amortizações acumuladas	Capital em dívida
Investimentos diversos	12.105.993,77	7.135.799,82	4.970.193,95
Investimentos no âmbito do PER	11.311.017,44	7.356.163,46	3.954.853,98
PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	9.017.576,00	6.492.655,00	2.524.921,00
PAEL - Plano de Apoio à Economia Local	16.263.896,27	3.343.134,26	12.920.762,01
<b>Total</b>	<b>48.698.483,48</b>	<b>24.327.752,54</b>	<b>24.370.730,94</b>

FIGURA 24



## Receita Anual absorvida pelo Serviço da Dívida e o Peso dos Encargos Financeiros na Despesa Corrente

QUADRO Nº 37

Descrição	2012	2013	2014	2015
<u>Serviço da Dívida</u>				
Receita Total	7,50	12,93	12,93	10,74
<u>Encargos Financeiros</u>				
Despesa Corrente	0,96	1,86	1,86	1,77

Nota: O peso dos juros decorrentes da dívida de empréstimos, relativamente à despesa total, situa-se em 2015 nos 1,37%, enquanto que o total do serviço da dívida se situa nos 11,54 % da despesa total

## Detalhe da Dívida a Credores de Médio e Longo Prazo - Protocolo de cooperação entre a Câmara e a EDP Distribuição

No ano de 1988, relativamente à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, foi apurada a dívida do montante de 81.783.344,64 € que, após vários anos de negociação, ficou fixada em 21.618.285,93 €. Este abatimento à dívida do valor de 60.165.058,71 €, resulta da anulação dos juros debitados de dezembro de 1988 a dezembro de 1994, no montante de 54.172.506,26 € e da valorização excecional do património afeto à concessão e transferido para a EDP, no valor de 5.992.552,45 €.

A 10 de outubro de 2002 foi submetido à aprovação da Câmara Municipal, o Protocolo de Cooperação entre a Autarquia e a EDP Distribuição para regularização do saldo da dívida, tendo sido assinado em 25 de Novembro do mesmo ano.

O Protocolo refere que o pagamento da dívida é no prazo de 20 anos, em prestações trimestrais, com vencimento no último dia do trimestre, por encontro de contas com a renda de concessão, desde o primeiro trimestre de 2002 até ao último trimestre de 2021 e última prestação de 13.700.196,10 €, com possibilidade de renovação por mais 20 anos, a par da renovação do contrato de concessão, em condições a acordar nessa altura.

Até final do ano 2015 já foi pago o valor de 3.308.139,56 €, faltando ainda liquidar a dívida do valor de 18.223.309,14 €.

Os retroativos das rendas de concessão resultantes da aplicação da Portaria nº 437/2001 e da Adenda ao Protocolo celebrado entre o Presidente da Comissão Executiva da EDP e o Presidente da ANMP em 12 de junho de 2000, seriam abatidos ao montante da dívida. No caso do Município, o valor correspondeu a 86.837,23€, encontrando-se saldado.

## Estrutura e execução do Investimento

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos apresenta um nível de execução global de 30,71%, resultado do quociente entre o valor executado do ano (3.163.499,18€) e o valor global previsto deduzido do montante executado referente a anos anteriores (10.742.381,60€ - 536.394,50€). Esta taxa reflete o peso da execução anual face à previsão global do PPI (ano + anos seguintes).

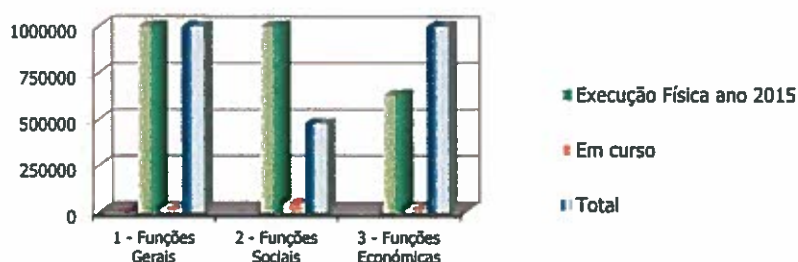
A realização dos projetos inseridos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução na ordem dos 95,41%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação) a realização do ano situa-se em 93,05%.

Para a análise mais aturada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos quadros seguintes:

QUADRO Nº 38

Objectivos	Áreas de Investimento	A	B2	(B1+B2) / A	C	C/A	D=(B1+B2) +C	D/A
		Dotação Definida (final)	Execução Física ano 2015	%	Em Curso	%	Total (Cabimento)	%
1 Funções Gerais	Edifícios Património Municipal	901.540,00	863.371,87	95,77%	13.919,92	1,54%	877.291,79	97,31%
	Mobiliário Maquinaria Equipamento	239.858,75	218.998,26	91,30%	4.243,50	1,77%	223.241,76	93,07%
	Material de Transporte	43.637,00	43.605,22	99,93%	0,00	0,00%	43.605,22	99,93%
2 Funções Sociais	Educação	272.713,00	248.347,11	91,07%	15.902,15	5,83%	264.249,26	96,90%
	Ação Social	2.100,00	1.574,40	74,97%	0,00	0,00%	1.574,40	74,97%
	Ordenamento Território	100,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Prot meio ambiente conserv natureza	62.800,00	58.440,42	93,06%	3.390,62	5,40%	61.831,04	98,46%
	Cultura	111.250,00	99.386,74	89,34%	7.566,49	6,80%	106.953,23	96,14%
	Desporto Recreio e Lazer	873.369,00	762.464,37	87,30%	19.822,00	2,27%	782.286,37	89,57%
3 Funções Económicas	Indústria e energia	2.000,00	1.081,72	54,09%	116,74	5,84%	1.198,46	59,92%
	Construções e Pav. - Alfena	189.000,00	188.709,79	99,85%	0,00	0,00%	188.709,79	99,85%
	Construções e Pav. - Campo e Sobrado	119.114,00	118.754,94	99,70%	0,00	0,00%	118.754,94	99,70%
	Construções Pav. - Ermesinde	117.050,00	112.675,63	96,26%	0,00	0,00%	112.675,63	96,26%
	Construções e Pav. - Valongo	34.300,00	34.264,59	99,90%	0,00	0,00%	34.264,59	99,90%
	Outras Obras Construção Concelho	183.340,00	164.247,43	89,59%	15.282,49	8,34%	179.529,92	97,92%
	Segurança Rodoviária	11.300,00	11.142,69	98,61%	0,00	0,00%	11.142,69	98,61%
	4 Outras Funções	Diversas não especificadas	236.434,00	236.434,00	100,00%	0,00	0,00%	236.434,00
Totais		3.399.905,75	3.163.499,18	93,05%	80.243,91	2,36%	3.243.743,09	95,41%

FIGURA 25



## Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano representam o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, sendo constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelas Atividades Mais Relevantes e cuja taxa de execução das GOP's será a que tem por base o registo da faturação, 91,62%, traduzindo a despesa efetivamente realizada.

O PPI contém a despesa de investimento, sendo que as Atividades Mais Relevantes incluem despesas correntes, com caráter plurianual.

Na dotação das Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos representa 42,39% e as Atividades Mais Relevantes 57,61%. Relativamente ao valor realizado das Grandes Opções do Plano, o PPI e as AMR têm um peso de 43,05% e de 56,95%, respetivamente.

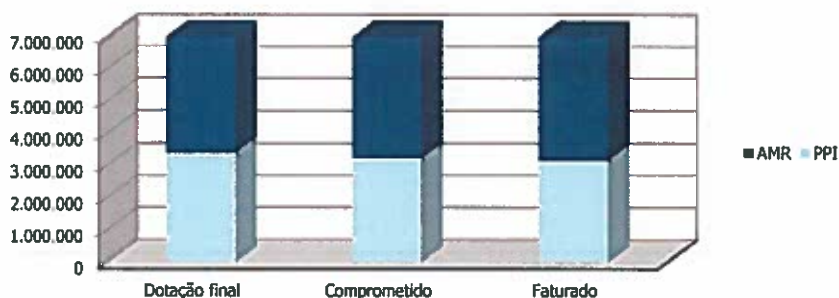
O mapa que a seguir se apresenta mostra a estrutura das Grandes Opções do Plano por objetivos, comparando o valor executado.

QUADRO Nº 39

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	1.185.035,75	300.197,25	1.144.138,77	272.937,58	1.125.975,35	272.937,58
2 Funções Sociais	1.322.332,00	3.601.872,19	1.196.681,68	3.207.842,67	1.170.213,04	3.207.842,64
3 Funções Económicas	656.104,00	3.000,00	645.430,21	0,00	630.876,79	0,00
4 Outras Funções	236.434,00	716.216,81	236.434,00	704.692,20	236.434,00	704.692,20
Totais	3.399.905,75	4.621.286,25	3.222.684,66	4.185.472,45	3.163.499,18	4.185.472,42
Total GOP's	8.021.192,00		7.408.157,11		7.348.971,60	

FIGURA 26

### Grandes Opções do Plano



A parte mais significativa da afetação das despesas das GOP, na ótica da realização, ocorreu nas Funções Sociais com um montante de despesa realizada de 4.378.055,68 €, consequência do esforço realizado pela Autarquia no que concerne à Educação, Ação Social, Defesa do Meio Ambiente e Resíduos Sólidos.

As Funções Gerais são do valor total de 1.398.912,93 €, surgindo por último as Outras Funções e as Funções Económicas nos montantes de 941.126,20 € e de 630.876,79 €, respetivamente.

## Despesa de Investimento e fontes de financiamento

Destacam-se da execução do PPI as componentes que constituem o investimento, a seguir referenciadas:

QUADRO Nº 40

Descrição	Montantes			
	Faturado	%	Pago	%
Edifícios	1.552.185,19	49,07%	1.552.185,19	49,07%
Construções diversas	1.050.242,98	33,20%	1.050.242,98	33,20%
Material de transporte	43.605,22	1,38%	43.605,22	1,38%
Equipamento de informática	99.272,01	3,14%	99.272,01	3,14%
Software informático	23.296,94	0,74%	23.296,94	0,74%
Equipamento administrativo	49.206,91	1,56%	49.206,91	1,56%
Equipamento básico	109.255,93	3,45%	109.255,93	3,45%
Fundo de Apoio Municipal	236.434,00	7,47%	236.434,00	7,47%
<b>Total</b>	<b>3.163.499,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.163.499,18</b>	<b>100,00%</b>

Esta descrição permite analisar as despesas económicas, ocupando uma percentagem significativa os Edifícios e as Construções Diversas.

O Investimento Autárquico foi financiado pelas componentes descritas no quadro a seguir:

QUADRO Nº 41

Descrição	Montante	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	510.324,00	16,13%
Partic comunitária proj cofinanciados	121.125,01	3,83%
Poupança corrente (parte)	2.532.050,17	80,04%
<b>Total</b>	<b>3.163.499,18</b>	<b>100,00%</b>

Na ótica da realização, a despesa de investimento constitui 41,98% da despesa de capital e diz essencialmente respeito a obras em Edifícios (do Património Municipal; Educação; Desporto; Recreio e Lazer) e a Beneficiação da Rede Viária do Concelho.

## Relação Receitas e Despesas e suas componentes

### Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

O quadro a seguir permite apreciar os grandes grupos de receita, que de forma agrupada servem de cobertura às despesas, por ordem decrescente de rigidez.

QUADRO Nº 42

ORIGEM DE FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Fundos Municipais (Correntes)	27,14%	Pessoal	33,72%
Imposto Único Circulação, IMT e Outros	10,68%	Bens e Serviços	29,10%
Outras Transferências Correntes	3,99%	Restantes despesas	7,63%
Taxas, Venda de Bens e Serviços e Rendimentos de Propriedade	19,71%	Encargos Financeiros	1,74%
Outras Receitas correntes	0,36%	Ativos financeiros	0,70%
Imposto Municipal s/ Imóveis e Derrama	31,41%	Passivos Financeiros	9,45%
Fundos Municipais (Capital)	1,52%	Investimento + Transferências de Capital	10,57%
Outras Transferências	0,36%	Saldo Final	7,08%
Outras receitas	0,24%		
Saldo Inicial	4,59%		

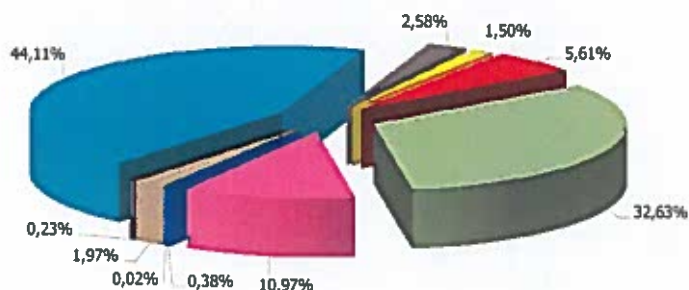
≡ Poupança Disponível = (Poupança Corrente - Amortizações)



## ANÁLISE GRÁFICA DA ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

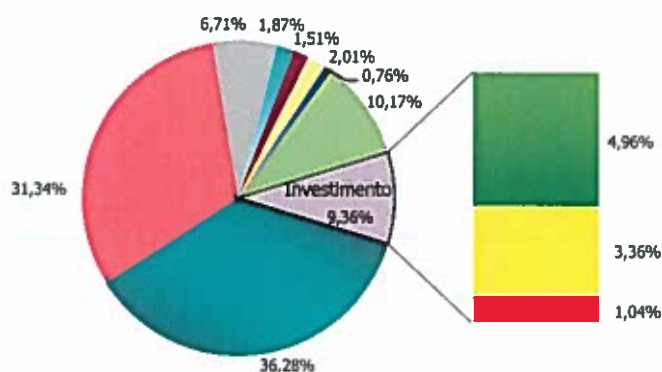
FIGURA 27

### Estrutura da Receita Total



Impostos Directos	44,11%	Venda de Bens e Serviços	10,97%
Impostos Indirectos	2,58%	Outras Receltas Correntes	0,38%
Taxas Multas e O. Penalidades	1,50%	Venda de Bens de Investimento	0,02%
Rendimentos de Propriedade	5,61%	Transferências de Capital	1,97%
Transferências Correntes	32,63%	Reposições não abatidas nos pagam.	0,23%

### Estrutura da Despesa Total



Pessoal	36,28%	Ativos Financeiros	0,76%
Aquisição de Bens e Serviços	31,34%	Passivos Financeiros	10,17%
Transferências Correntes	6,71%	Investimento	9,36%
Encargos Financeiros	1,87%	Edifícios	4,96%
Outras Despesas Correntes	1,51%	Construções diversas	3,36%
Transferências de Capital	2,01%	Equipamento diverso	1,04%

## EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

### Taxas de execução, tendo por base o Orçamento Inicial

QUADRO Nº 43

Rubricas	Anos	2012	2013	2014	2015	Média
<b>Receita:</b>						
Corrente		92,10%	94,35%	100,26%	102,69%	97,35%
Capital		13,76%	87,72%	72,75%	68,08%	60,58%
Total		60,81%	92,00%	99,00%	101,77%	88,39%
<b>Despesa:</b>						
Corrente		95,51%	94,06%	94,91%	94,02%	94,62%
Capital		98,51%	91,33%	92,07%	96,64%	94,64%
Total		96,29%	93,31%	94,32%	94,59%	94,63%

### Previsão Final / Execução

QUADRO Nº 44

Descrição	Orçamento Final	Execução ( Realizado)	Taxa execução	Desvio
<b>Receita:</b>				
Corrente	30.572.926,52 €	31.393.839,54 €	102,69%	820.913,02 €
Capital	937.624,30 €	638.349,01 €	68,08%	-299.275,29 €
Outras	12.056,15 €	74.386,99 €	617,00%	62.330,84 €
Subtotal	31.522.606,97 €	32.106.575,54 €		583.968,57 €
Saldo gerência anterior	1.546.010,52 €	1.546.010,52 €		
Total	33.068.617,49 €	33.652.586,06 €	101,77%	583.968,57 €
<b>Despesa:</b>				
Corrente	25.852.696,74 €	24.305.461,00 €	94,02%	-1.547.235,74 €
Capital	7.215.920,75 €	6.973.309,17 €	96,64%	-242.611,58 €
Total	33.068.617,49 €	31.278.770,17 €	94,59%	-1.789.847,32 €

A receita corrente executada foi de 102,69% do orçamento final. No tocante à receita de capital, este indicador foi de 68,08%.

A média aritmética simples da cobrança dos últimos quatro anos rondou os 88,42% (97,35% para correntes e 60,58% para capital).

Observando o Controlo Orçamental da Receita, no seguimento da execução orçamental, o grau de execução da receita é de 101,152%, sendo o registo das receitas correntes de 102,021% e para capital 68,082%. Este valores diferem dos anteriores dado que têm por base a receita líquida (deduzida dos reembolsos e restituições).

Analisando agora os valores orçamentados finais, no que respeita à despesa global realizada, a percentagem de execução foi de 94,59%. No que concerne à despesa corrente este indicador é de 94,02% para a despesa corrente e de 96,64% para a de capital.

A média aritmética simples da despesa global nos último quatro anos, resultado das previsões iniciais e execuções, situa-se em 94,63% (94,62% para corrente e 94,64% para capital).

Quando analisado o Controlo Orçamental da Despesa, o mesmo evidencia um grau de execução global de 93,977%, sendo 96,638% para a despesa corrente e 94,557% para a despesa de capital, na ótica dos pagamentos.

## Receita Prevista/ Cobrada

QUADRO Nº 45

Descrição	Ano 2014			Ano 2015		
	Receita		Desvios %	Receita		Desvios %
	Dotação final	Cobrada		Dotação final	Cobrada	
<b>Receita Corrente</b>						
Impostos Diretos:	14.180.916,02	14.558.267,54	2,66%	14.140.262,50	14.163.264,27	0,16%
Imposto municipal s/ imóveis	9.634.581,02	8.932.264,06	-7,29%	9.010.911,00	9.027.579,43	0,18%
Imposto único circulação	2.058.027,00	1.819.513,31	-11,59%	1.952.623,00	1.763.281,48	-9,70%
Imposto mun. s/ trans onerosas imóveis	1.583.160,00	2.254.568,46	42,41%	1.712.217,00	1.809.741,37	5,70%
Derrama	903.148,00	1.503.897,74	66,52%	1.462.511,50	1.541.085,36	5,37%
Imposto abolidos	2.000,00	48.023,97	2301,20%	2.000,00	21.576,63	978,83%
Impostos Indiretos:	420.907,00	253.150,00	-39,86%	292.284,00	829.423,16	183,77%
Loteamentos e obras	73.794,00	10.537,69	-85,72%	14.331,00	601.248,63	4095,44%
Outros imp ind. especific autarq locais	347.113,00	242.612,31	-30,11%	277.953,00	228.174,53	-17,91%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	331.865,00	462.004,93	39,21%	416.360,00	480.434,59	15,39%
Rendimentos de Propriedade	1.792.520,00	1.800.375,99	0,44%	1.804.791,02	1.801.635,76	-0,17%
Transferências Correntes:	10.036.249,07	10.122.231,33	0,86%	10.436.590,00	10.476.782,89	0,39%
Fundos	8.573.233,00	8.573.233,00	0,00%	9.134.202,00	9.134.202,00	0,00%
Outras - Estado	1.258.220,00	1.392.593,37	10,68%	1.225.001,00	1.241.451,19	1,34%
Particip comunit. proj. co-financiados	178.610,07	142.054,44	-20,47%	20.594,00	56.775,84	175,69%
Serviços e fundos autónomos	26.186,00	14.350,52	-45,20%	56.793,00	44.353,86	-21,90%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.533.534,00	3.460.513,94	-2,07%	3.426.588,00	3.520.637,00	2,74%
Outras Receitas correntes	351.130,05	70.068,61	-80,04%	56.051,00	121.661,87	117,06%
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>30.647.121,14</b>	<b>30.726.612,34</b>	<b>0,26%</b>	<b>30.572.926,52</b>	<b>31.393.839,54</b>	<b>2,69%</b>
<b>Receita de Capital</b>						
Venda de bens de investimento:	0,00	0,00	0,00%	100,00	6.900,00	6800,00%
Transferências de Capital:	1.510.946,00	1.099.254,43	-27,25%	937.524,30	631.449,01	-32,65%
Fundos	544.920,00	544.920,00	0,00%	510.324,00	510.324,00	0,00%
Particip comunit. proj. co-financiados	966.026,00	554.334,43	-42,62%	427.200,30	121.125,01	-71,65%
<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>3.021.892,00</b>	<b>2.198.508,86</b>	<b>-27,25%</b>	<b>937.624,30</b>	<b>638.349,01</b>	<b>-31,92%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	12.323,95	22.428,12		12.056,15	74.386,99	
Saldo da gerência anterior	403.652,98	403.652,98		1.546.010,52	1.546.010,52	
<b>Total da Receita</b>	<b>34.084.990,07</b>	<b>33.351.202,30</b>	<b>-2%</b>	<b>33.068.617,49</b>	<b>33.652.586,06</b>	<b>2%</b>

Pela análise do quadro verifica-se que a receita cobrada no exercício económico de 2015 apresenta um desvio positivo de 2%, relativamente aos montantes das dotações previstas finais.

Constata-se, tal como no ano anterior, que o nível de execução da receita se aproxima cada vez mais dos montantes das dotações finais, facto que denota rigor e exatidão na previsão da receita, aquando a elaboração do Orçamento.

## Despesa Prevista/Compromissos e Pagamentos

QUADRO Nº 46

Classificação Orgânica	Dotação Orçamental			Despesa		Diferença (compr-pago)	
	Inicial	Final	Var %	Comprometida	Paga	Valor	%
<b>01 Assemb.Mun.</b>	47.500,00	47.500,00	0,00%	41.868,85	39.803,68	2.065,17	4,93%
01 Pessoal	42.000,00	42.000,00	0,00%	37.835,52	37.835,52	0,00	0,00%
02 Aquisição de bens e serviços	5.500,00	5.500,00	0,00%	4.033,33	1.968,16	2.065,17	51,20%
<b>Despesa Corrente</b>	<b>47.500,00</b>	<b>47.500,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>41.868,85</b>	<b>39.803,68</b>	<b>2.065,17</b>	<b>4,93%</b>
<b>02 Câm Munic</b>	<b>25.154.328,00</b>	<b>25.805.196,74</b>	<b>0,03</b>	<b>24.359.807,81</b>	<b>24.265.657,32</b>	<b>94.150,49</b>	<b>0,00</b>
01 Pessoal	11.519.372,00	11.581.072,00	0,54%	11.318.674,12	11.310.226,67	8.447,45	0,07%
02 Aquisição de bens e serviços	10.544.539,00	10.718.140,93	1,65%	9.884.755,23	9.801.790,75	82.964,48	0,84%
03 Juros e outros encargos	698.952,00	600.652,00	-14,06%	584.835,14	584.835,14	0,00	0,00%
04 Transferências correntes	1.775.167,00	2.204.396,81	24,18%	2.100.045,59	2.098.045,59	2.000,00	0,10%
06 Outras despesas correntes	616.298,00	700.935,00	13,73%	471.497,73	470.759,17	738,56	0,16%
<b>Despesa Corrente</b>	<b>25.154.328,00</b>	<b>25.805.196,74</b>	<b>2,59%</b>	<b>24.359.807,81</b>	<b>24.265.657,32</b>	<b>94.150,49</b>	<b>0,39%</b>
07 Aquisição de bens de capital	2.600.704,00	3.163.471,75	21,64%	2.986.250,66	2.927.065,18	59.185,48	1,98%
08 Transferências de capital	530.000,00	634.000,00	19,62%	628.353,29	628.353,29	0,00	0,00%
09 Ativos financeiros	236.434,00	236.434,00	0,00%	236.434,00	236.434,00	0,00	0,00%
10 Passivos financeiros	3.180.015,00	3.182.015,00	0,06%	3.181.456,70	3.181.456,70	0,00	0,00%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>6.547.153,00</b>	<b>7.215.920,75</b>	<b>10,21%</b>	<b>7.032.494,65</b>	<b>6.973.309,17</b>	<b>59.185,48</b>	<b>0,84%</b>
<b>Total</b>	<b>31.748.981,00</b>	<b>33.068.617,49</b>	<b>4,16%</b>	<b>31.434.171,31</b>	<b>31.278.770,17</b>	<b>155.401,14</b>	<b>0,49%</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>25.201.828,00</b>	<b>25.852.696,74</b>	<b>2,58%</b>	<b>24.401.676,66</b>	<b>24.305.461,00</b>	<b>96.215,66</b>	<b>0,39%</b>
<b>Despesa de Capital</b>	<b>6.547.153,00</b>	<b>7.215.920,75</b>	<b>10,21%</b>	<b>7.032.494,65</b>	<b>6.973.309,17</b>	<b>59.185,48</b>	<b>0,84%</b>

## Indicadores

### Rádios Financeiros

Pessoal	36,15 %	Amortizações e Juros	11,25 %
Receita Corrente		Receitas Totais	
Despesa Corrente	77,42 %	Receitas Próprias	66,87 %
Receita Corrente		Despesa Total	

### Rádios de Expressão das Finanças Municipais sobre o Concelho

Desp. c /Pessoal	119,26 €	Impostos	157,56 €
População Residente		População Residente	
Investimento	33,25 €	Investimento	421,80 €
População Residente		Área Municipal	
Receita cobrada	351,53 €	Compromissos por pagar	1,63 €
População Residente		População Residente	

Fontes/Entidades: INE/PORDATA - População residente/2014: 95.153

## Despesas com Eleitos locais

Relação dos Eleitos Locais e das respetivas remunerações auferidas, durante 2015, no âmbito do exercício das funções.

Nome	Cargo	Rendimento Bruto	Descontos	Rendimento Líquido
José Manuel Pereira Ribeiro	Presidente CM	60.034,41	28.764,13	31.270,28
José Augusto Sobral Pires	Vice presidente	8.130,77	782,16	7.348,61
Oriando Gaspar Rodrigues	Vereador	45.417,29	19.493,05	25.924,24
Lúsa Maria Correia de Oliveira	Vereadora	45.574,88	19.549,05	26.025,83
João Paulo Rodrigues Baltazar	Vereador	3.129,12	--	3.129,12
Maria da Trindade Morgado do Vale	Vereadora	3.205,44	--	3.205,44
Hélio Fernando da Silva Rebelo	Vereador	3.968,64	--	3.968,64
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vereador	2.442,24	--	2.442,24
Ana Isabel Loureiro Pereira	Vereadora	2.594,88	--	2.594,88
César Jorge da Silva Vasconcelos	Vereador	686,88	--	686,88
Adriano Soares Ribeiro	Vereador	4.273,92	--	4.273,92
Abílio José Vilas Boas Ribeiro	Presidente A.M	4.006,80	--	4.006,80
Joaquim Jerónimo Pereira	1º Secretário	3.339,00	--	3.339,00
Ana Maria Martins Rodrigues	2º Secretário	3.339,00	--	3.339,00
Adelino Joaquim Machado Soares	Membro A.M	839,52	--	839,52
Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa	Membro A.M	228,96	--	228,96
Albino da Silva Martins Poças	Membro A.M	686,88	--	686,88
Alfredo da Costa Sousa	Membro A.M	1.679,04	--	1.679,04
Ana Isabel Nogueira Soares	Membro A.M	305,28	--	305,28
Ana Sofia de Sousa Melo	Membro A.M	152,64	--	152,64
António César Ribeiro Ferreira	Membro A.M	686,88	--	686,88
António Jorge Duarte do Aldo	Membro A.M	610,56	--	610,56
António Sérgio Ribeiro Pinto	Membro A.M	76,32	--	76,32
Armando Gabriel Teixeira Baltazar	Membro A.M	686,88	--	686,88
Arnaldo Pinto Soares	Membro A.M	1.526,40	--	1.526,40
Berta Maria Santos Ferreira Pinheiro	Membro A.M	152,64	--	152,64
Catarina Maria Moreira das Neves Lobo	Membro A.M	1.221,12	--	1.221,12
Cátia Andreia Campos Teles	Membro A.M	152,64	--	152,64
Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima	Membro A.M	915,84	--	915,84
Celestino Marques Neves	Membro A.M	686,88	--	686,88
César Augusto de Oliveira Ferreira	Membro A.M	1.068,48	--	1.068,48
Daniel Filipe Alves Fergueiras	Membro A.M	1.297,44	--	1.297,44
Daniel Torres Gonçalves	Membro A.M	610,56	--	610,56
Daniela Filipa Moreira Santos	Membro A.M	534,24	--	534,24
Diomar da Silva Ferreira dos Santos	Membro A.M	534,24	--	534,24
Fernando Silva Teixeira	Membro A.M	610,56	--	610,56
Filipe José Oliveira Dias Peixoto	Membro A.M	686,88	--	686,88
Gabriel da Rocha Soares Tomás	Membro A.M	305,28	--	305,28
Henrique Jorge Campos Cunha	Membro A.M	221,76	--	221,76
Ilídia Rosa da Silva Maia	Membro A.M	686,88	--	686,88
Ivo Vale das Neves	Membro A.M	534,24	--	534,24
Joana Catarina Martins Machado	Membro A.M	76,32	--	76,32
José Eduardo Brandão Pereira	Membro A.M	152,64	--	152,64
José Eduardo Coelho Abreu	Membro A.M	152,64	--	152,64
José Joaquim Alves Nora	Membro A.M	686,88	--	686,88
José Marques Craveiro	Membro A.M	686,88	--	686,88
Josué Lima Morais	Membro A.M	534,24	--	534,24
Luís Miguel Mendes Ramalho	Membro A.M	1.526,40	--	1.526,40
Manuel Almeida da Costa	Membro A.M	76,32	--	76,32
Maria Glória Alves e Castro	Membro A.M	152,64	--	152,64
Narciso Joaquim Pereira Moura	Membro A.M	381,60	--	381,60
Nuno António Dias Monteiro	Membro A.M	1.526,40	--	1.526,40
Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso	Membro A.M	686,88	--	686,88
Octávio José da Silva Pereira	Membro A.M	686,88	--	686,88
Paula Cristina Silva Moreira	Membro A.M	686,88	--	686,88
Paulo Fernando Pires Basto	Membro A.M	305,28	--	305,28
Rosa Maria de Sousa Martins Rocha	Membro A.M	512,88	--	512,88
Rui Alexandre Sevoia de Abreu	Membro A.M	457,92	--	457,92
Sérgio Paulo Pereira Sousa	Membro A.M	686,88	--	686,88
Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa	Membro A.M	543,60	--	543,60
Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva	Membro A.M	305,28	--	305,28
Susana Leal de Barros	Membro A.M	76,32	--	76,32
Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio	Membro A.M	992,16	--	992,16
<b>Totais</b>		<b>216.161,19</b>	<b>68.588,39</b>	<b>147.572,80</b>

Fonte: Declarações emitidas pelo Município no âmbito do n.º1 alínea b), do artigo 119.º do Código do IRS

## Evolução de Rácios

O quadro seguinte permite observar a evolução de um conjunto de indicadores de gestão que sustentam as análises apresentadas.

QUADRO Nº 47

RÁCIOS	2012	2013	2014	2015	Observações	
Impostos Locais / Receita corrente	49,29%	45,16%	48,21%	<b>47,75%</b>		
Transferências correntes / Receita corrente	29,79%	33,84%	32,95%	<b>33,37%</b>		
Pessoal/ Receita corrente	41,00%	39,89%	36,90%	<b>36,15%</b>		
Despesa corrente/ Receita corrente	129,02%	124,86%	79,84%	<b>77,42%</b>		
Receitas próprias correntes/ Receita corrente	70,21%	66,16%	67,05%	<b>66,63%</b>	Peso dos diversos agregados orçamentais na Receita corrente, de capital e total	
Fundo municipal corrente/ Receita corrente	25,14%	28,03%	27,91%	<b>29,10%</b>		
Transferências de capital / Receita de capital	100,00%	10,55%	100,00%	<b>98,92%</b>		a)
Fundo municipal de capital/ Receita de capital	79,56%	6,14%	49,57%	<b>79,94%</b>		a)
Receita corrente / Receita total	90,73%	61,66%	95,27%	<b>93,28%</b>	a)	
Receitas próprias/ Receita total	63,70%	40,79%	63,88%	<b>62,25%</b>	a)	
Fundos municipais/ Receita total	29,93%	19,61%	28,28%	<b>27,81%</b>	a)	
Pessoal/ Despesa corrente	31,78%	31,95%	46,22%	<b>46,69%</b>	b)	
Encargos financeiros/ Despesa corrente	6,42%	9,34%	3,19%	<b>2,41%</b>	b)	
Despesas de funcionamento/ Despesa corrente	90,51%	85,95%	88,22%	<b>88,96%</b>	b) Peso dos diversos agregados orçamentais na Despesa corrente, de capital e total	
Investimento/ Despesa de capital	75,02%	67,90%	31,10%	<b>41,98%</b>		
Passivos financeiros/ Despesa de capital	18,00%	24,59%	59,94%	<b>45,62%</b>	b)	
Despesas de funcionamento/ Despesa total	66,29%	62,72%	70,43%	<b>69,13%</b>	b)	
Receitas próprias/ Despesa total	40,23%	38,66%	67,04%	<b>66,87%</b>	b)	
Pessoal/ Aquisição de Serviços	126,64%	134,14%	153,09%	<b>142,86%</b>	c) Peso dos custos c/ pessoal nas aquisições de serviços	
Encargos financeiros/ Serviço da dívida	6,95%	9,55%	10,93%	<b>11,88%</b>	c) Peso dos juros empréstimos mlp no serviço da dívida	
Reembolso de capitais/ Serviço da dívida	93,05%	90,45%	89,07%	<b>88,12%</b>	c) Peso das amortizações emp. mlp no serviço da dívida	
Serviço da dívida/ Receita corrente	9,03%	12,57%	13,57%	<b>11,50%</b>	c) Peso dos juros e das amortizações de empréstimos de mlp, na Receita corrente e Despesa total	
Serviço da dívida/ Despesa total	8,59%	7,49%	13,57%	<b>11,54%</b>		
Pessoal/ População residente	122,96 €	125,24 €	119,17 €	<b>119,26 €</b>	d)	
Investimento/ População residente	106,10 €	98,58 €	20,26 €	<b>30,76 €</b>	d)	
Impostos Locais/ População residente	149,23 €	141,79 €	155,71 €	<b>157,56 €</b>	d)	
Investimento/ Área municipal	1.327,82 €	1.233,68 €	256,96 €	<b>390,28 €</b>	d) Investimento anual por Km <sup>2</sup> da área do Concelho	
Receita cobrada/habitante	331,04 €	509,26 €	338,99 €	<b>351,53 €</b>	d)	
Compromissos por pagar/habitante	212,20 €	20,49 €	4,27 €	<b>1,63 €</b>	d)	
Dívida total/habitante	646,47 €	575,89 €	505,89 €	<b>477,45 €</b>	d)	

### Nota:

a) Em 2013, estes rácios encontram-se influenciados no denominador, pelo produto do empréstimo contraído no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que originou o aumento da receita de capital naquele ano.

b) A despesa considerada inclui os valores da despesa anual acrescidos da dívida transitada de anos anteriores.

c) Este rácio só inclui despesa do próprio ano.

d) Dados população residente considerados: 2012 e 2013: 93.858; 2014 - 95.123.

## Estrutura evolutiva do Orçamento

---

## ESTRUTURA EVOLUTIVA DO ORÇAMENTO

### Evolução da Receita

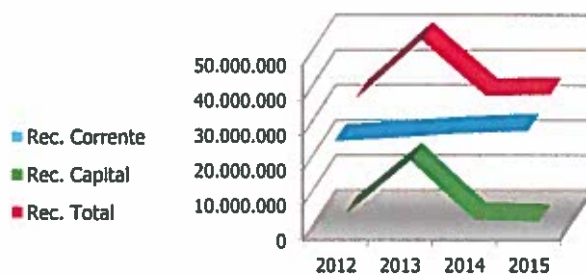
A figura e o quadro seguintes permitem visualizar não só a evolução global das receitas mas também o comportamento de cada uma das suas componentes económicas correntes e de capital. Na receita global, quando comparada com o ano anterior, verifica-se um acréscimo pouco significativo de 0,83%.

QUADRO Nº 48

Receita	Anos	2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
<b>Corrente</b>								
Impostos Diretos e Indiretos		14.006.259,62	13.308.110,97	-4,98%	14.811.379,14	11,30%	14.992.687,43	1,22%
Taxas, Multas O.Penalidades		594.358,08	357.428,75	-39,86%	462.004,93	29,26%	480.434,59	3,99%
Rendimentos de Propriedade		1.891.751,99	1.938.548,67	2,47%	1.800.375,99	-7,13%	1.801.635,76	0,07%
Transferências Correntes		8.466.349,38	9.973.972,65	17,81%	10.122.231,33	1,49%	10.476.782,89	3,50%
Venda de Bens e Serviços		3.261.578,07	3.600.616,94	10,39%	3.454.608,29	-4,06%	3.520.637,00	1,91%
Outras Receitas Correntes		197.315,09	291.519,27	47,74%	70.068,61	-75,96%	121.661,87	73,63%
<b>Total</b>		<b>28.417.612,23</b>	<b>29.470.197,25</b>	<b>3,70%</b>	<b>30.720.668,29</b>	<b>4,24%</b>	<b>31.393.839,54</b>	<b>2,19%</b>
<b>Capital</b>								
Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6.900,00	#DIV/0!
Transferência Capital		2.804.021,02	1.917.268,23	-31,62%	1.099.254,43	-42,67%	631.449,01	-42,56%
Passivos Financeiros		0,00	16.263.896,27	0,00	0,00	100,00%	0,00	0,00%
<b>Total</b>		<b>2.804.021,02</b>	<b>18.181.164,50</b>	<b>548,40%</b>	<b>1.099.254,43</b>	<b>-93,95%</b>	<b>638.349,01</b>	<b>-41,93%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos		98.756,99	146.781,56	49%	22.428,12	-85%	74.386,99	231,67%
<b>Total Geral</b>		<b>31.320.390,24</b>	<b>47.798.143,31</b>	<b>52,61%</b>	<b>31.842.350,84</b>	<b>-33,38%</b>	<b>32.106.575,54</b>	<b>0,83%</b>

### Representação gráfica da estrutura evolutiva da Receita cobrada

FIGURA 28





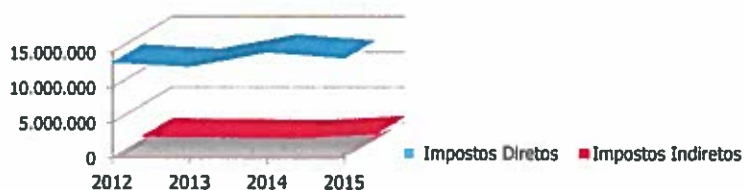
## Evolução da Receita Fiscal

Atendendo à sua importância, no quadro seguinte observa-se o comportamento da receita fiscal, composta por impostos locais e taxas, multas e outras penalidades que tem sofrido uma diminuição significativa.

QUADRO Nº 49

Rec. Fiscais	Anos	2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
<b>Impostos Diretos</b>		<b>13.529.749,21</b>	<b>12.946.715,02</b>	<b>-4,31%</b>	<b>14.993.322,69</b>	<b>15,81%</b>	<b>14.163.264,27</b>	<b>-5,54%</b>
Imposto Mun s/ Imóveis		8.860.235,45	8.180.026,08	-7,68%	8.932.264,06	9,20%	9.027.579,43	1,07%
Imp Único Circulação		1.552.453,50	1.993.217,03	28%	2.254.568,46	13,11%	1.763.281,48	-21,79%
Imp Mun Trans Oner Imóveis		1.893.434,87	1.630.556,82	-13,88%	2.254.568,46	38,27%	1.809.741,37	-19,73%
Derrama		1.215.762,90	1.123.434,09	-7,59%	1.503.897,74	33,87%	1.541.085,36	2,47%
Impostos abolidos:								
Contribuição Autárquica		7.672,49	8.341,96	8,73%	46.339,93	455,50%	18.444,03	-60,20%
Imp s/ Veículos		0,00	0,00	100%	0,00	0%	0,00	0%
Imposto Municipal Sisa		190,00	11.139,04	5762,65%	1.684,04	-85%	3.132,60	86,02%
<b>Impostos Indiretos</b>		<b>476.510,41</b>	<b>361.395,95</b>	<b>-24,16%</b>	<b>253.111,60</b>	<b>-29,96%</b>	<b>829.423,16</b>	<b>227,69%</b>
Loteamentos e obras		78.534,22	60.948,53	-22,39%	10.537,69	-82,71%	601.248,63	5605,70%
Ocupação da Via Pública		44.235,60	45.560,36	2,99%	43.863,32	-3,72%	54.025,39	23,17%
Publicidade		113.299,53	111.439,78	-1,64%	32.165,12	-71,14%	32.566,70	1,25%
TDFTH		506,01	633,51	25,20%	451,62	-28,71%	225,45	-50,08%
Outros		239.935,05	142.813,77	-40,48%	166.093,85	16,30%	141.356,99	-14,89%
<b>Total Geral</b>		<b>14.006.259,62</b>	<b>13.308.110,97</b>	<b>-4,98%</b>	<b>15.246.434,29</b>	<b>14,56%</b>	<b>14.992.687,43</b>	<b>-1,66%</b>

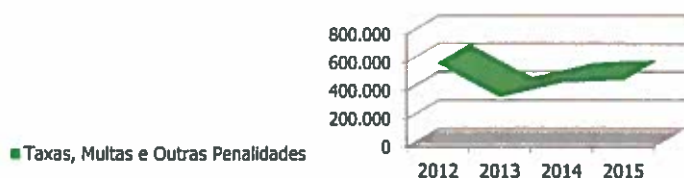
FIGURA 29



QUADRO Nº 50

Rec. Fiscais	Anos	2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>		<b>594.358,08</b>	<b>357.428,75</b>	<b>-39,86%</b>	<b>462.004,93</b>	<b>29,26%</b>	<b>480.434,59</b>	<b>3,99%</b>
Loteamentos e obras		31.129,58	11.827,90	-62%	2.982,07	-74,79%	138.191,84	4534,09%
Ocupação da via pública		11.826,63	11.264,65	-4,75%	4.451,30	-60,48%	4.965,84	11,56%
Caça, uso e porte de arma		131,07	105,18	-19,75%	208,35	98,09%	161,17	-22,64%
TDFTH		80,16	63,66	-20,58%	70,14	10,18%	95,19	35,71%
Taxa p/ emissão cert registo		132,51	296,25	123,57%	157,50	-46,84%	101,25	-35,71%
Outras		384.331,23	220.772,07	-42,56%	243.283,44	10,20%	162.453,47	-33,22%
Juros de mora		37.007,74	57.648,36	55,77%	176.692,35	206,50%	127.964,29	-27,58%
Coimas penalid. contra orden.		129.301,32	54.034,02	-58,21%	33.565,25	-37,88%	46.225,24	37,72%
Multas e penalidades diversas		417,84	1.416,66	239,04%	594,53	-58,03%	276,30	-53,53%

FIGURA 30



## Evolução da Despesa

O quadro seguinte demonstra a evolução da despesa paga no último quadriênio.

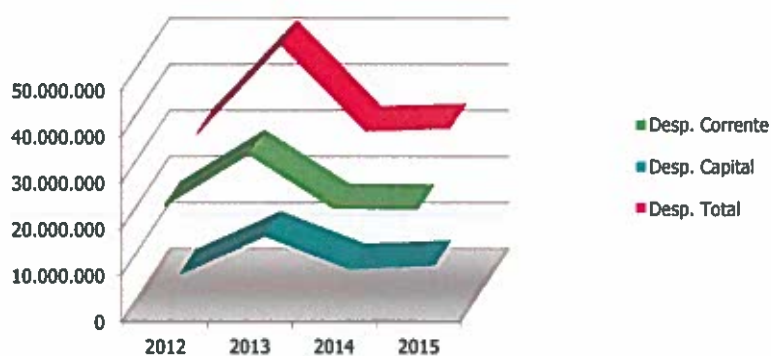
QUADRO Nº 51

Despesa	Anos	2012	2013 a)	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
<b>Corrente</b>								
Pessoal		11.341.563,14	11.755.227,66	3,65%	11.335.793,30	-3,57%	11.348.062,19	0,11%
Aquis. Bens Serviços		11.762.422,08	18.795.266,25	59,79%	9.719.655,48	-48,29%	9.793.911,12	0,76%
Juros e outros encargos		254.112,32	3.405.893,27	###	761.753,20	-77,63%	584.835,14	-23,23%
Transf. Correntes		991.682,19	1.734.828,24	74,94%	2.108.078,38	21,52%	2.098.045,59	-0,48%
O. Desp. Correntes		543.571,84	485.168,42	-10,74%	583.115,99	20,19%	470.759,17	-19,27%
<b>Total</b>		<b>24.893.351,57</b>	<b>36.176.383,84</b>	<b>45,33%</b>	<b>24.508.396,35</b>	<b>-32,25%</b>	<b>24.295.613,21</b>	<b>-0,87%</b>
<b>Capital</b>								
Investimentos		2.205.495,02	8.932.099,50	304,99%	1.927.184,85	-78,42%	2.927.065,18	51,88%
Transferências de Capital		411.135,72	982.429,73	138,96%	555.806,90	-43,43%	628.353,29	13,05%
Ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	236.434,00	100,00%
Passivos Financeiros		2.388.901,65	3.350.421,91	40,25%	3.714.549,25	10,87%	3.181.456,70	-14,35%
<b>Total</b>		<b>5.005.532,39</b>	<b>13.264.951,14</b>	<b>165,01%</b>	<b>6.197.541,00</b>	<b>-53,28%</b>	<b>6.973.309,17</b>	<b>12,52%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>29.898.883,96</b>	<b>49.441.334,98</b>	<b>65,36%</b>	<b>30.705.937,35</b>	<b>-37,89%</b>	<b>31.268.922,38</b>	<b>1,83%</b>

a) A despesa paga em 2013 inclui os pagamentos efetuados com o empréstimo do PAEL.

## Representação gráfica da evolução da Despesa

FIGURA 31



# Contabilidade de Custos

---

## Contabilidade de Custos

O sistema de Contabilidade de Custos representa uma imposição legal, prevista no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), mas dado à exigência e complexidade do processo de implementação, são ainda poucos os Municípios com este sistema contabilístico a funcionar em pleno.

Em 2014, o Município de Valongo, implementou integralmente o sistema de Contabilidade de Custos, que se revelou um importante instrumento de gestão, na medida em que tem permitido, com exatidão, clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência e eficácia, assumindo-se como uma ferramenta essencial ao planeamento e tomada de decisão do executivo municipal.

A Contabilidade de Custos possibilita o cálculo dos custos de produção e prestação de serviços, os custos de utilização de equipamentos e infraestruturas de natureza diversa e de utilização coletiva, bem como a obtenção de informação com maior rigor e detalhe, promovendo a transparência das decisões autárquicas no seu relacionamento com contribuintes e utentes, entidades credoras, administração central e demais entidades de controlo externo.

A informação extraída da Contabilidade de Custos deve ser encarada numa perspetiva de complementaridade face à Contabilidade Orçamental, uma vez que a esta tem por base uma ótica de caixa, de recebimentos e pagamentos, enquanto a Contabilidade de Custos tem por base os custos do exercício, seguindo o Princípio da Especialização.

A Contabilidade de Custos focaliza-se, em particular, no registo e controlo de todos os movimentos internos, fator que a distingue da Contabilidade Patrimonial, que tem por objeto principal, as relações do Município com o exterior.

Outro aspeto diferenciador da Contabilidade de Custos é a presença de custos indiretos que, com base no POCAL, devem ser calculados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos, face ao total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

### Tipos de Custos apurados no âmbito da Contabilidade de Custos

- Custos diretos a funções e diretos a bens e serviços (ex.: vencimentos, aquisições de bens e serviços e transferências correntes diretamente imputáveis);
- Custos diretos a funções e indiretos a bens ou serviços – custos repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam (ex.: amortizações do exercício do imobilizado);
- Custos indiretos a funções e bens e serviços - custos imputados, depois de apurados os custos diretos por função, através de um coeficiente de imputação;
- Custos não incorporáveis – custos que pela sua natureza ou causa não são afetos a funções, bens ou serviços.

Dos documentos estabelecidos no ponto 2.8.3.6. do POCAL, consideramos como mapas principais da contabilidade de custos (CC), os mapas CC-7 – Custo dos bens e serviços, CC-8 – Custos diretos das funções e CC-9 – Custo total das funções, assumindo os restantes como complementares, uma vez que fornecem a informação necessária ao preenchimento dos mapas principais. Atendendo à extensão dos referidos mapas, os mesmos fazem parte de processo a remeter ao tribunal de contas, relativo à prestação de Contas de 2015 do Município.

Com base nos mapas principais mencionados, apresentam-se os custos, por função, apurados no exercício de 2015

Funções (Classificação funcional - Ponto 10,1,POCAL)	Custos anuais	Função / Total	Descrição do âmbito da Função
111 Administração geral Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	7.809.776,17 1.831.785,81 802.769,78 1.029.018,05 5.977.990,36	21,83%	Infraestruturas e serviços Municipais não imputáveis às restantes funções
121 Protecção civil e luta contra Incêndios Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	234.392,11 147.929,81 37.189,03 110.740,78 86.462,30	0,66%	Serviços de Protecção Civil e Protecção da Floresta, Bombeiros Voluntários
211 Ensino não superior Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.952.228,37 937.568,23 438.832,65 498.733,58 1.014.862,14	5,46%	Infraestruturas Educativas
212 Serviços auxiliares de ensino Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.358.878,53 1.358.865,28 114.346,13 1.244.519,15 13,25	3,80%	Atividades e serviços no âmbito da Intervenção Educativa
232 Ação social Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.314.304,31 818.610,97 562.807,52 255.803,45 495.693,34	3,67%	Infraestruturas, atividades e serviços da Ação Social, Cidadania e Igualdade
241 Habitação Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	445.637,22 199.851,32 8.975,09 190.876,23 245.785,90	1,25%	Empreendimentos de habitação social
242 Ordenamento do território Custos diretos a bens e serviços Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	31.196,36 31.152,59 396,66 30.755,93 43,77	0,09%	Plano Diretor Municipal, cartografia vetorial
243 Saneamento Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	50.797,28 1.687,71 49.109,57	0,14%	Custos imputados à ETAR e ETA de Couce
244 Abastecimento de água Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	279.884,60 279.884,60	0,78%	Custos imputados aos Reservatórios de abastecimento de água
245 Resíduos sólidos Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	3.679.466,26 2.958.840,44 311.996,07 2.644.844,37 722.625,82	10,29%	Ecocentros, recolha de resíduos sólidos e serviços diversos de Higiene Urbana
246 Protecção pelo ambiente conservação da natureza Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.044.280,53 505.107,83 269.508,92 235.598,91 539.172,70	2,92%	Manutenção dos parques e jardins municipais, atividades de cariz Ambiental
251 Cultura Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.807.785,76 1.300.781,65 886.083,62 414.698,03 507.004,11	5,05%	Infraestruturas e atividades no âmbito da Cultura, Turismo e Juventude
252 Desporto, recreio e lazer Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos directos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2.250.066,30 1.780.771,34 576.383,94 1.184.387,40 489.294,96	6,29%	Infraestruturas e atividades desportivas, de recreio e lazer
320 Indústria e energia Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.246.528,60 1.201.187,14 45.341,46	3,49%	Iluminação pública e Zona Industrial
331 Transportes rodoviários Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	10.202.277,25 441.748,74 247.992,38 193.756,36 9.760.528,51	28,52%	Intervenções e manutenções nas vias e arruamentos do Município
341 Mercados e feiras Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	15.755,14 12.793,26 9.788,22 3.005,04 2.961,88	0,04%	Mercado de Valongo
350 Outras funções económicas Custos indiretos a bens e serviços e a funções	40.565,16 40.565,16	0,11%	Funções económicas residuais
410 Operações dívida autarquica Custos indiretos a bens e serviços e a funções	388.427,90 388.427,90	1,09%	Juros suportados e outros custos e perdas financeiras
420 Transferências entre administrações Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.119.053,29 1.031.910,58 288.217,41 743.693,15 87.142,73	3,13%	Acordos de execução com as Juntas de Freguesia e respetivos apoios pontuais
430 Diversas não especificadas Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	496.255,43 101.824,79 64.881,34 36.943,45 394.430,64	1,39%	Custos com máquinas e viaturas do Município não incluídos no cálculo do custo hora
<b>Totais</b>	<b>35.767.556,57</b>	<b>100%</b>	

